



ANO XVI N.º 134 SETEMBRO E OUTUBRO DE 2004

TRIBUNA DA

# MAGISTRATURA

PRESIDENTE **CELSO LUIZ LIMONGI**

ÓRGÃO OFICIAL DA **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS**

## II Encontro Nacional de Juizes Estaduais



Críticas ao governo federal marcaram o II ENAJE, encontro que reuniu não só magistrados da Justiça estadual, mas também das Justicas trabalhista, federal e militar. Entre os assuntos expostos, foram debatidos temas como garantia do estado democrático de direito, independência do Poder Judiciário e efetividade da Justiça. Os juizes aprovaram um documento no qual denunciam a violação dos pactos federativo, tributário, judiciário, da liberdade de expressão e da independência dos poderes.

Págs. 11 a 15

### Relator da ONU

Em visita ao Brasil, o relator da Organização das Nações Unidas, Leandro Despouy, esteve na APAMAGIS e foi recebido pelo presidente Celso Limongi e pelo diretor-secretário, Cláudio Graciotto. Na oportunidade, Limongi expôs ao relator as dificuldades que o Judiciário brasileiro vem enfrentando nos últimos

tempos, deixando-o impressionado. Ele achou interessantes os Juizados Especiais, tanto que recomendará que outros países adotem o sistema. Em sua passagem pelo País, Despouy visitou quatro Capitais, além do Distrito Federal.

Pág. 5



### Espaço do leitor

A partir da próxima edição do jornal *Tribuna da Magistratura*, estaremos publicando cartas e e-mails de leitores que desejarem expressar sua opinião sobre assuntos de interesse dos associados. As manifestações podem ser enviadas para o e-mail: [cartas@apamagis.com.br](mailto:cartas@apamagis.com.br) ou para o departamento de Assessoria de Imprensa, localizado na sede administrativa da APAMAGIS, rua Tabatinguera, 140, sobreloja, CEP 01020-901, Centro. As correspondências devem ser enviadas com identificação e telefone do remetente e poderão ser resumidas.

### Juizes cassados

Dácio Aranha de Arruda Campos, Edgard de Moura Bittencourt e José Francisco Ferreira receberam tributo da Diretoria Executiva da APAMAGIS. A homenagem deu-se

por ocasião da passagem do 40.º aniversário da cassação dos direitos políticos e civis dos magistrados. Três salas na sede social receberam o nome de cada um deles. Fa-

miliares amigos e autoridades prestigiaram o evento e lembraram o momento político vigente na época.

Págs. 3 e 4



## Respeito com os Juizes Estaduais

Quando um cidadão procura defender pontos de vista sobre problemas institucionais envolvendo o Poder Judiciário não se deve, como regra, entender como espúrio e divorciado do bem comum seu procedimento, desde que fundada a crítica em fato certo e com intuito de aprimoramento da instituição. Mas, quando essa crítica desborda para o abstrato e genérico, buscando, incompreensivelmente, colocar a todos na vala comum da suspeita, acarretando desprestígio público a uma legítima instituição do Estado, ela deve ser rechaçada com veemência.

E tanto mais grave será essa postura desmotivada quando emane de autoridade que, por dever de ofício, deva conhecer a missão dos juizes e o desenvolvimento da máquina Judiciária.

Têm sido rotineiros os agravos à dignidade da Justiça Estadual e à honorabilidade de seus juizes. Em diagnóstico simplório

lançam-se no lodo a virtude, o talento, a coragem, as boas ações, as qualidades, a retidão e a grandeza de magistrados comprometidos com o bem comum e o exato cumprimento das leis. Degrada-se a centenária Justiça Estadual, como se a ela coubesse a responsabilidade plena pelas chagas de todo o Judiciário, esquecendo-se, circunstância grave, que ela representa, na verdade, a célula mater da própria instituição, alcançando e provendo jurisdicionados nos maiores centros e nos menores rincões. Não fossem os juizes estaduais, como assegurar, num País continental a ordem, expressão mais pura do Estado de Direito? Não foi sem razão, aliás, que a Carta Política Brasileira assegurou tão ampla jurisdição aos juizes estaduais. E nem é dado ao técnico desconhecer que são os julgados Estaduais que alimentam, substancialmente, os repertórios de jurisprudência do País, trazendo inova-

ções nos mais variados campos da atividade humana, muitas delas que só o tempo converterá em normas jurídicas.

De outra parte, fatos isolados envolvendo magistrados não podem colocar a todos sob o mesmo manto da dúvida, criando sentimento social negativo.

Quanto mais elevada a posição do crítico (de quem é exigido por essa mesma razão maior discernimento e critério), tanto maior sua responsabilidade pelo julgamento e pelos reflexos dele na sociedade, a fim de que seu pronunciamento não extravase para a censura ou condenação sem defesa e fundada em fato inespecífico.

Os juizes estaduais não perderão, pela crítica sem compromisso, a vibração, o ardor, o entusiasmo e a paixão. Mas é preciso respeito àqueles a quem a Constituição Federal consagrou função especial, voltada aos que clamam pela paz, ordem e segurança.

É o que exigem.

### PRESIDÊNCIA

## Independência Interna

A presidência da APAMAGIS impõe contatos com magistrados de outros estados. Experiências são trocadas. E o que muito me impressiona é o temor dos juizes perante os Tribunais de Justiça estaduais. Sentem-se intimidados. Chego à conclusão de que a independência interna do juiz não é garantida pelo ordenamento jurídico da Nação, pois se registram, efetivamente, vários casos de represália ou de proteção de um juiz em detrimento dos direitos de outro.

O critério de merecimento serve bem como instrumento de pressão dos Tribunais, porquanto entram fatores subjetivos, alguns conexos à carreira, como o juiz a que se chama de novidadeiro, ou que afronte deliberadamente a lei, o juiz inconformado com o nepotismo e com privilégios atendidos pelos Tribunais; e outros fatores externos à carreira, como a postura filosófica, política ou até religiosa do magistrado, a liberdade e opção

sexuais de juizes e juizas, enfim, sua vida particular, mesmo que em nada afete o exercício dessa missão ou comprometa a dignidade da Magistratura.

Em S. Paulo, vez por outra, juizes auxiliares da Capital perdem a designação em vara, mas nem sempre por culpa sua. Isso, sem direito de defender-se.

O juiz se sente moralmente ferido. Escrevi, quando 1º. Vice-Presidente da Apamagis, a respeito da independência interna nesta mesma "Tribuna" e no Boletim da Associação Juizes para a democracia. A preocupação é antiga e já havíamos enviado ao Tribunal de Justiça minuta de projeto para a fixação dos juizes auxiliares junto às varas, em atenção ao princípio do juiz natural e da garantia de inamovibilidade dos magistrados. Essa postulação ainda não foi atendida, razão pela qual estamos reiterando o pedido.

Por outro lado, estaremos insistindo, junto ao E. Conselho Superior da Magistratura, que seja provido o cargo de juiz titu-

lar da Vara de Execução Penal da Capital. Trata-se de antigo anseio dos magistrados e da própria sociedade civil. Se ali é exercida função jurisdicional, o provimento da vara é obrigatório. O titular terá todas as garantias constitucionais, para o cumprimento das leis de execução penal. Aliás, solicitei ao colega Miguel Marques e Silva a elaboração de minuta de projeto para a criação de mais três varas de execução penal na Capital.

A nossa Magistratura é dotada de uma estrutura burocrática, hierarquizada. E, pior será, com a criação do Conselho Nacional de Justiça, a que compete a administração da justiça. Todavia, antes mesmo de existir formalmente, esse Conselho já se interliga com outros Poderes de Estado e expressa sua preocupação com a imprevisibilidade dos julgamentos.

As normas, de tal arte, devem ser claras e, principalmente, cumpridas.

TRIBUNA DA MAGISTRATURA  
Uma publicação da



**Associação Paulista de Magistrados**

R. Tabatinguera, 140 - sobreloja  
CEP 01020-901 - São Paulo - SP  
Telefone (0xx11) 3241-1288  
Fax (0xx11) 3107-8894

### APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

#### Presidência

presidencia@apamagis.com.br

#### Secretaria

secretaria@apamagis.com.br

#### Imprensa

imprensa@apamagis.com.br

#### Cartas

cartas@apamagis.com.br

#### Atendimento

atendimento@apamagis.com.br

#### Convênios

convenios@apamagis.com.br

#### Informática

info@apamagis.com.br

#### HOME PAGE

http://www.apamagis.com.br

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### Presidente

Celso Luiz Limongi

#### 1.º Vice-Presidente

Sebastião Luiz Amorim

#### 2.º Vice-Presidente

José Araldo da Costa Telles

#### Diretor-Secretário

Cláudio Gracioto

#### Diretor-adjunto Financeiro

Homero Maion

#### Diretor-adjunto Financeiro

João Omar Marçura

#### Diretor-adjunto Secretário

Maria de Fátima dos Santos Gomes

### IMPRENSA

#### Conselho Editorial

Aloísio de Toledo César - Presidente

José Roberto Lino Machado

Luís Soares de Mello Neto

#### Edição e Redação

Aurora Amato

#### Estagiária

Gizele Wanderoscki

#### Fotos

Augusto Canuto

#### Editoração eletrônica

Dulce Pinto (MTb 32418)

#### Revisora

Onélia Salum Andrade

#### COLABORAÇÕES

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores

# A luta pelo direito e pela justiça

A memória de três magistrados violados pelo regime de exceção de 1964 é resgatada em justa homenagem na sede social da APAMAGIS

**E**m cerimônia ocorrida na noite do dia 19 de outubro, na sede social, a Diretoria Executiva da APAMAGIS, representada pelo presidente da entidade, Celso Luiz Limongi, homenageou a memória de três magistrados que tiveram seus direitos civis e políticos cassados pelo regime militar. O tributo foi prestado aos juízes Dácio Aranha de Arruda Campos, Edgard de Moura Bittencourt e José Francisco Ferreira por ocasião da passagem do 40.º aniversário do rompimento de seus direitos. Eles foram aposentados em outubro de 1964, em decorrência de atos da Revolução Militar.

Como parte da solenidade, o presidente da APAMAGIS descerrou três placas com os retratos dos homenageados, que, a partir de agora, terão seus nomes dignificados para sempre em três salas da sede social da APAMAGIS. Os juízes Dácio Aranha de Arruda Campos e Edgard de Moura Bittencourt deram seus nomes aos dois auditórios localizados no segundo andar, e o juiz José Francisco Ferreira, ao Espaço Cultural, localizado no térreo.

A mesa foi composta por Fábio Romeu Canton Filho, advogado, representando o



*A memória de três magistrados que enfrentaram o regime militar foi reverenciada pela APAMAGIS*

presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo; o des. Renan Lotufo; Sydney Sanches, ministro aposentado do STF; o des. Celso Luiz Limongi; o des. Jarbas João Coimbra Mazonni, 2.º vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; o des. Nelson Fonseca, e Darcy Paulillo dos Passos, procurador de Justiça; por Fábio Oliveira Quadros, representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; por João Antonio Bastos Garreta Prates, presidente da Associação Paulista do Ministério Público; e por José Araldo da Costa Telles, 2.º vice-presidente da APAMAGIS.

Usaram da palavra o des. Celso Limongi, Fábio Romeu Canton Filho e Darcy Paulillo Passos. O desembargador Nelson Fonseca falou em nome da APAMAGIS e da magistratura paulista. O des. Re-

---

Limongi também alertou em seu discurso que as cicatrizes deixadas no Poder Judiciário, com a cassação dos magistrados, faz lembrar que a história pode se repetir

---

nan Lotufo, professor de Direito Civil, por sua vez, proferiu palestra sobre “Alimentos”, tema que era a especialidade do des. Edgard de Moura Bitten-

court. Lotufo frisou que, no atual Código Civil, o tema “está regrado com uma carga muito forte nos ensinamentos de Edgard de Moura Bittencourt, cujo fundamento maior é que não se deve mais entender os Alimentos como algo de caráter patrimonial, mas sim que sua finalidade básica é a preservação da dignidade da pessoa humana.”

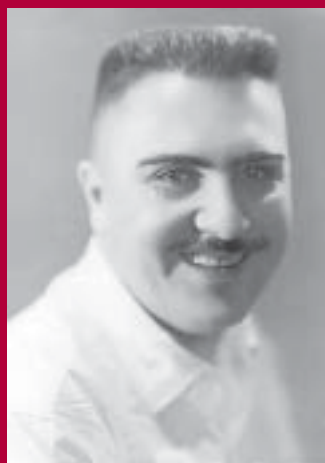
Em sua exposição, Limongi declarou que, tão logo assumiu a direção da APAMAGIS, já antevia a obrigação de programar uma homenagem de desagravo aos magistrados cassados. “A APAMAGIS, nesta noite, quer declarar que a anis-

tia concedida é absolutamente insuficiente. É preciso dizer a todos que foi praticada contra três magistrados uma ignominiosa injustiça, irreparável por simples anistia. É preciso realçar que o ato se revestiu de intenção de agredir o Judiciário paulista e os três magistrados foram escolhidos.” Limongi também alertou, em seu discurso, que as cicatrizes deixadas no Poder Judiciário, com a cassação dos magistrados, faz lembrar que a história pode se repetir: “autoritarismo, venha de onde vier, desprezo pelo semelhante, arrogância; a ação de áulicos obscurantistas, esquemas dissimulados para reduzir a independência dos magistrados, dos promotores de Justiça, dos jornalistas, dos advogados merecem o mais pronto repúdio por parte de todos os segmentos da sociedade”, assinalou o presidente da APAMAGIS.

Relembrando o contexto político vigente na época, Nelson Fonseca, em sua exposição, enalteceu a atuação profissional de cada homenageado, relatando a vida e a obra de cada um deles. “Quatro décadas se passaram, e, só agora, tão merecida quanto justa homenagem é concretizada pela comunidade, que eles muito honraram e da qual fo-



**José Francisco Ferreira** — Outro cassado pela Revolução. No dia 1.º de abril de 1964, não se conformando com a quebra da ordem política, hasteou a bandeira a meio-pau, em frente ao Fórum de Pacaembu. Não deixou o recinto, mesmo instado pelos advogados da Comarca, preocupados com possível represália. E, de fato, foi preso, levado para São Paulo, e solto já de madrugada. Nenhuma pecha poderia imputar-se a sua pessoa, juiz que se pautava pelos mais rigorosos ditames da moral.



**Dácio Aranha de Arruda Campos** — Era confessadamente comunista. E, do mesmo modo que o des. Edgard M. Bittencourt, era um juiz trabalhador e rigoroso consigo próprio. Dono de uma vasta cultura humanística, era redator de “O Estado de S. Paulo” e assinava seus artigos com o pseudônimo de “Matias Arrudão”.

**Edgard de Moura Bittencourt** — Socialista, autor de vários livros, e extremamente avançado, em tema de Direito de Família, para a época. O que escreveu sobre concubinato e outros temas dessa espécie de Direito hoje a Constituição Federal e o Código Civil acolheram. Homem íntegro, juiz moral e tecnicamente capacitado, foi vítima da Revolução de 1964, tendo seus direitos cassados em razão de ideologia.



ram alijados num ato de violência, sem que lhes fosse permitido o direito de defesa, um dos mais elementares princípios de nosso Direito. O afastamento compulsório de três ilustres magistrados que não só foram aposentados compulsoriamente, como, ainda, tiveram cassados seus direitos políticos”, assinalou o desembargador, referindo-se aos atos arbitrários praticados pela ditadura contra o Poder Judiciário. Nelson Fonseca trabalhou com Dácio Aranha de Arruda Campos e com Edgard de Moura Bittencourt.

À solenidade também compareceu o des. Sebastião Luiz Amorim, 1.º vice-presidente da APAMAGIS, além de juízes, advogados, desembargadores, promotores, amigos e familiares dos homenageados.

Ao final da cerimônia, Celso Limongi agradeceu a presença de todos os colegas, desembargadores, juízes, promotores, advogados, e direcionou um especial agradecimento à presença e consentimento da família dos homenageados “que permitiu que nós pudéssemos, pelo menos em parte, apresentar aqui um desagravo, consentindo que se fizesse justiça e, pessoalmente, tenho a minha consciência de magistrado apaziguada”.

*A revista Veja, edição de 3 de novembro último, página 154, publicou um artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que cita a homenagem prestada pelo presidente da APAMAGIS, Celso Limongi, aos juízes cassados durante a Revolução Militar.*

## Relator da ONU visita a APAMAGIS

Depois de ser recebido pelo presidente do STF, Nelson Jobim, Leandro Despouy se reúne com o presidente da APAMAGIS para discutir questões importantes do Poder Judiciário

No último dia 15 de outubro, o presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi, acompanhado do diretor-secretário da Associação, Cláudio Gracioto, e do des. Jô Tatsumi, recebeu, na sede administrativa da entidade, o relator da Organização das Nações Unidas — ONU — Leandro Despouy, que está no Brasil para avaliar o funcionamento do Judiciário brasileiro.

Despouy ficou no País até o dia 25, oportunidade em que visitou, além de Brasília e São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belém e ouviu representantes do Judiciário, da sociedade civil e operadores do Direito. Depois de avaliar o andamento do Judiciário nesses Estados — segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* —, o relator “reproduzirá um relatório, a ser entregue em março para a Comissão de Direitos Humanos da ONU, em cima do qual a Organização fará o monitoramento do funcionamento da Justiça brasileira”. De posse do documento, a ONU deve propor alguns mecanismos que facilitarão a atividade do Judiciário no Brasil.

Como a intenção do relator da ONU era ouvir os representantes do Poder Judiciário, Despouy esteve na APAMAGIS para saber do representante da magistratura paulista, Celso Limongi, quais as dificuldades que o Judiciário e os juízes enfrentam, quais as maiores reclamações contra o Judiciário, quais os anseios da sociedade em relação ao Poder

Judiciário, e quais propostas poderiam ser formuladas para que o serviço do sistema jurídico fosse mais adequado e mais rápido.

A reunião entre Celso Limongi e Leandro Despouy permitiu ao relator compreender melhor o Judiciário brasileiro e suas dificuldades, como, por exemplo, a reforma da Previdência, que foi aprovada sem qualquer discussão por parte do Partido dos Trabalhadores. Limongi explicou ao relator que, com a reforma, os juízes perderam os vencimentos integrais ao aposentar-se e acrescentou que “a reforma serviu para que os bancos ‘abocanhassem’ a grossa fatia dos funcionários públicos”. Despouy ficou admirado ao constatar o fato, pois, segundo ele, o des. Limongi foi o primeiro a lhe explicar esse dado.

Despouy questionou também a súmula vinculante, que, na sua opinião, “não garante a resolução do problema da grande demanda de recursos que afeta a prestação do serviço jurisdic-

ional, mas, em alguns casos, pode ser útil”. Para o des. Jô Tatsumi, o problema da litigiosidade é o fato de esse assunto nunca ter sido estudado com a devida seriedade. Segundo o des., se não soubermos as causas da litigiosidade não há como definir uma solução para esse problema. A súmula vinculante, afirmou o des., “não resolverá o problema, porque, no futuro — caso ela seja uma realidade legal — se alguém quiser elástico no processo, vai discutir se é ou não caso de súmula vinculante, ou seja, a súmula vinculante ocasionará mais processos”. Celso Limongi teme que, com a súmula vinculante quem julgará será o Executivo.

O presidente da APAMAGIS aproveitou a oportunidade para explanar os problemas que a reforma do Judiciário — como a criação do Conselho Nacional de Justiça, integrado por pessoas estranhas à magistratura — acarretará para os juízes e, por consequência, para a so-

cidade, uma vez que o Judiciário perderá sua independência. Limongi enfatizou ainda a falta de autonomia orçamentária do Judiciário paulista, que para ele é o fator mais importante a ser discutido. O des. afirmou que “o Judiciário paulista nunca tem as verbas necessárias para a informatização, para se estruturar adequadamente, porque o governador corta o orçamento”.

O relator da ONU demonstrou extrema preocupação com relação à reforma do Judiciário, já que é juiz da Corte de Apelação da Argentina e sabe o quão difícil será para a magistratura brasileira julgar sem autonomia. E também porque o objetivo do relator ao visitar o Brasil “é contribuir para reforçar a independência dos juízes e advogados do Brasil”.

A visita rendeu bons frutos para ambos os lados, já que o des. Limongi, em nome dos juízes paulistas, pôde externar todos os problemas que o Judiciário brasileiro vem enfrentando nos últimos tempos. Além disso, Despouy propôs que fossem implementados os meios alternativos de soluções de conflitos. Para ele a visita ao País tem sido significativa, pois ele está adquirindo experiências interessantes como os Juizados Especiais, que, segundo o relator, não existem em outros países; inclusive, ele fará recomendações sobre o nosso sistema a esses países.



O relator entregará um documento do que viu à Comissão dos Direitos Humanos da ONU

## Presidente da União Internacional de Magistrados é brasileiro

O des. Sidnei Beneti assume a mais importante entidade internacional de magistrados

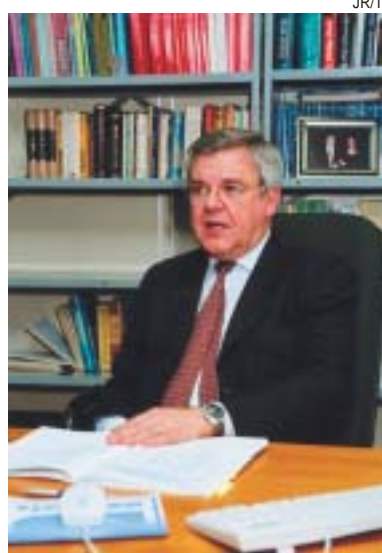
Eleito por unanimidade, no último dia 3 de novembro de 2004, em Valle de Bravo, México, o des. Sidnei Beneti vai presidir a União Internacional de Magistrados — UIM — nos próximos dois anos. O desembargador sucedeu ao magistrado Ernst Markel, da Corte Suprema da Áustria. Automaticamente, Sidnei Beneti torna-se presidente da *Fundación Justicia Del Mundo*, sediada em Madrid, que pertence à União Internacional de Magistrados, cujo objetivo é lutar pela formação e defesa da magistratura no mundo. Anualmente, a Fundação outorga o prêmio “Premio Justicia del Mundo” a personalidades que tenham se distinguido na defesa do Judiciário e da magistratura.

A eleição foi realizada durante o 47.º congresso anual da entidade, que contou com a presença de aproximadamente 300 integran-

tes. “O plano mais importante na minha gestão será a luta para assegurar a independência do Poder Judiciário e da magistratura”, disse o novo presidente da UIM. Ele também pretende promover o estudo, no sentido da formação do juiz, levar a experiência de escolas da magistratura para a entidade e tomar providências de ordem administrativa em relação à Secretaria Geral da UIM, sediada em Roma.

Há 20 anos que a presidência da UIM não era ocupada por um magistrado latino-americano. Vale ressaltar que dois brasileiros já presidiram a entidade: o des. Oscar Tenório, eleito em 1970, e Felipe Augusto de Miranda Rosa, em 1984.

Criada em 1953, em Salzburg, na Áustria, a UIM tem sua sede em Roma, Itália; é composta por 67 associações nacionais de



Des. Sidnei Beneti presidirá o UIM por dois anos

magistrados de países de todos os continentes, sendo a mais importante entidade internacional de magistrados. Também é órgão consultivo da Nações Unidas para assuntos relativos à magistratura e ao Poder Judiciário. Desde a sua criação, direciona sua atuação

para assegurar a independência do Poder Judiciário e estudar os problemas relativos à Justiça dos países associados.

Formam a UIM a Associação Européia de Magistrados, representada por 37 países; o Grupo Ibero-Americano e o Africano, com 13 países cada um; e o grupo da América do Norte, Oceania e Ásia, com oito. Quatro comissões, formadas por grupos regionais, reúnem-se anualmente para analisar temas específicos, fixados com um ano de antecedência. Para isso, são distribuídos, previamente, questionários para padronização de respostas entre os representantes nacionais.

Informações adicionais sobre a entidade, bem como os relatórios das comissões de estudos dos congressos, estão disponíveis no site da União Internacional de Magistrados — [www.iaj.-uim.org](http://www.iaj.-uim.org).

## Juízas Americanas no Brasil

Magistradas americanas visitam a sede administrativa da APAMAGIS

As juízas Fern Smith e Elizabeth Jenkens estiveram no Brasil representando a Justiça Federal dos Estados Unidos no último mês de setembro. Elas vieram participar de uma Conferência em Porto Alegre. Aproveitando a rápida passagem por São Paulo, no dia 17, as magistradas que estavam acompanhadas pelo des. Sidnei Beneti visitaram a APAMAGIS para conhecer as instalações da Associação.



Juízas americanas recepcionadas na APAMAGIS por Maria de Fátima S. Gomes e pelo des. Sidnei Beneti

As magistradas ficaram impressionadas com o Judiciário paulista e declara-

ram que o momento da Justiça brasileira é interessante. “Acho que as re-

formas propostas, além de importantes, são impressionantes e progressistas”, afirmou a juíza Fern Smith. As juízas deixaram uma mensagem para os magistrados paulistas. “Os juízes do mundo inteiro têm os mesmos objetivos e ideais, e, juntos, aprendendo uns com os outros eles podem trazer uma contribuição muito importante para a estabilidade social”.

# Novos juízes assumem suas Comarcas

Em clima de despedida, os juízes aprovados no 175.º concurso reuniram-se na sede social da APAMAGIS

**P**ara homenagear os juízes aprovados no 175.º concurso de ingresso na magistratura, a APAMAGIS ofereceu, no último dia 14 de outubro, um coquetel na sede social. Os juízes homenageados brindaram com seus familiares, amigos e também com diretores da APAMAGIS, que foram saudar os novos colegas.

Depois de quase quatro meses de cursos na Escola Paulista da Magistratura — EPM —, os juízes aproveitaram a noite do coquetel para se despedirem dos novos colegas, pois eram os últimos momentos de convívio, já que os 64 magistrados aprovados assumiriam, no dia 18, as suas respectivas circunscrições judiciárias.

O presidente da APAMAGIS, des. Celso Luiz Limongi, esteve presente na homenagem e, ao cumprimentar os colegas, aproveitou o ensejo para alertá-los sobre a atuação do juiz. “A grande proximidade com a injustiça no ato de julgar nos conduz ao exercício perene da humildade, da caridade e da tolerância. Estaremos julgando um semelhante; por isso, não podemos recluir, temperamos o vigor da lei com uma pequena dose de amor, que não faz mal a ninguém”. Disse ainda: “somos aplicadores da lei, mas cabe-nos interpretá-la, levando em consideração os princípios de igualdade, justiça e solidariedade, preconizados na nossa Constituição. Não somos pura e simplesmente a boca da lei.”



*Juan Paulo, segundo colocado no concurso, fez o discurso em nome dos colegas.*

Celso Limongi encerrou lembrando aos novos colegas “que a função do juiz só termina quando sua consciência estiver apaziguada pela sentença, fruto do que de melhor podia oferecer”. E afirmou “que a APAMAGIS é uma entidade de defesa dos magistrados em prol do Poder Judiciário e que a união de todos os juízes traz a força da Associação.”

O presidente da Comissão Examinadora, des. Otávio

Stucchi, representando a Comissão, expressou votos de felicidade aos jovens magistrados e os advertiu: “os juízes foram feitos para resolver problemas, e não para criá-los! Essa é a atividade dos senhores e das senhoras.”

O des. Raphael Silva Salvador, membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS, também felicitou os colegas. O des. Nigro Conceição, decano do Tribunal de Justiça, por sua vez, fe-

licitou os novos colegas e afirmou que eles são a esperança do Judiciário de São Paulo.

Naquela noite, o discurso mais esperado foi o do segundo colocado, Juan Paulo, que demonstrou sua alegria “ao recordar todas as pessoas que participaram do longo caminho, o qual todos os aprovados tiveram de percorrer para chegar à magistratura”. Segundo o juiz, “se não fosse o apoio dos familiares, seria muito difícil agüentar o peso e a pressão de um concurso público”. Ele afirmou ainda “que o nosso País é carente de muitos recursos, com problemas sociais, problemas que agora, como juízes, teremos de enfrentar e tentar amenizar”.

Após agradecer aos familiares pelo grande apoio, Juan homenageou os integrantes da banca examinadora, agradecendo-lhes o tratamento dispensado aos candidatos.



*Os juízes do 175.º concurso de ingresso na magistratura e seus familiares foram recebidos na sede social da APAMAGIS pela Diretoria Executiva para um coquetel*

## Colegas do 145.º concurso vão comemorar o 25.º aniversário de ingresso na carreira

No próximo dia 13 de novembro os colegas do 145.º concurso de ingresso na magistratura estarão completando o 25.º aniversário de sua posse como juízes substitutos.

E para comemorar tão significativa data, programaram um almoço dançante no dia 27 de novembro próximo, a partir das 12 horas, na sede social da APAMAGIS. A Comissão Organizadora conta com a presença de todos os integrantes da turma 145 e também de seus familiares. Os integrantes da Banca Examinadora também foram convidados. O encontro haverá de fortalecer a amizade da turma.

Oportunamente, uma funcionária da Sete Mares Turismo entrará em contato com os colegas para oferecer maiores detalhes. Informações pelo tel.: (11) 3151-4909, falar com Luciana.

Informações complementares podem ser obtidas com Luiz Roberto Sabbato, pelo número (11) 3372-2555 — 1.º TAC — ou com Irineu Carlos de Oliveira Prado, (19) 3253-2343 — Rio Claro.

## Em prol do conhecimento

A APAMAGIS e a EPM uniram-se para proporcionar aos juízes e operadores do Direito do Interior cursos de atualização profissional

Os associados que residem no Interior de São Paulo poderão desfrutar de uma série de cursos, preparados especialmente para os juízes que atuam nas Comarcas mais distantes do Estado. O projeto é fruto da parceria entre o presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi, e o diretor da Escola Paulista da Magistratura — EPM —, des. Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior.

Os magistrados que judicam nas Comarcas do Interior, muitas vezes não têm condições de frequentar cursos de atualização na sua área, pois as faculdades da maioria das cidades não oferecem tais cursos. E, apesar de a Escola Paulista da Magistratura realizar inúmeros cursos de aperfeiçoamento, os juízes ficam impedidos de participar, uma vez que, em muitas dessas localidades, existe apenas um juiz para coordenar as atividades dos Fóruns, e há também o problema da grande demanda de processos, a que os magistrados têm que se dedicar diariamente para não atrasar o andamento dos recursos, além disso, a distância é um fator fundamental para que o juiz não tenha condições de frequentar esses cursos. Diante de tantos empecilhos, fica praticamente impossível para um magistrado do Interior aprimorar seus conhecimentos, o que, diga-se de passagem, é essencial para o exercício da magistratura, já que as leis passam por mudanças constantemente.

“Houve uma solicitação dos magistrados tanto para a Escola quanto para a APAMAGIS, para que houvesse cursos disponíveis no Interior”, justifica o secretário de cursos de pós-graduação da EPM, Francisco Eduardo Loureiro, um dos organizadores do projeto. O magistrado explicou que com base nesses pedidos, foi criado um mo-

delo de curso bastante flexível, com um temário bem amplo nos vários ramos do Direito.

Foram selecionados seis módulos de curso: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Público, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Empresarial, com ênfase em Direito Bancário. Para cada módulo há cerca de 25 temas, que serão escolhidos pelo próprio juiz, conforme o seu interesse. “É possível mesclar temas de módulos diferentes. A idéia é deixar a escolha do formato e o temário do curso a critério de cada região, porque cada região conhece suas necessidades, já que cada região de São Paulo tem necessidades diferentes. Cada um atenderá a sua demanda”, disse Francisco Eduardo.

Os módulos foram cuidadosamente elaborados por um especi-

---

“Tudo será feito de acordo com a conveniência do juiz, a finalidade é dar a máxima liberdade ao juiz, para que dessa forma eles preencham as lacunas que existem”, disse Eduardo Loureiro

---

alista da área, juntamente com juízes que já possuem experiência na organização desses cursos — são os juízes que montam os cursos que a EPM oferece aos magistrados. O 2.º vice-presidente da APAMAGIS, juiz Araldo Telles, teve grande participação no desenvolvimento do módulo de Direito Empresarial; com a ajuda de alguns magistrados do 1.º TAC, ele formulou todo o conteúdo do módulo. A intenção da Escola, afirma Francisco Loureiro, “é reproduzir, por meio dos cursos, o que já se faz na Escola, porém em menor es-

cala. Agora, os magistrados do Interior poderão participar das atividades da EPM em sua própria Comarca”.

Como o objetivo da APAMAGIS e da EPM é atender as necessidades de atualização de cada Comarca, o curso será aberto a todos os operadores do Direito da região que tiver interesse em participar, porém, estes terão de pagar uma pequena taxa, ainda que num valor irrisório, mas é uma forma de cobrir as despesas do curso. No entanto, para os juízes o curso é gratuito, a Associação e a Escola irão subsidiar as palestras para os associados.

As palestras serão realizadas nos núcleos da EPM, ou, se for mais apropriado para os participantes, nos núcleos da APAMAGIS. Há também, a possibilidade de ministrar as aulas nos salões do Júri nos Fóruns ou em anfiteatros da faculdade local. “Tudo será feito de acordo com a conveniência do juiz, a finalidade é dar a máxima liberdade ao juiz, para que dessa forma eles preencham as lacunas que existem”, disse Eduardo Loureiro. De acordo com o juiz, na ausência dos núcleos da APAMAGIS e da EPM, os interessados irão contactar um núcleo da As-

sociação ou da Escola mais próximo, o coordenador então encaminhará o pedido da realização do curso para a Escola na capital. Para isso é importante que os coordenadores de cada região, seja da APAMAGIS ou da EPM, consultem os colegas e verifiquem quais são os temas de maior interesse.

As inscrições serão feitas pelo Fórum da Comarca, que encaminhará os pedidos para a Escola Paulista da Magistratura. O controle didático e de frequência do curso, além da emissão dos certificados, também será feita pela Escola.



# Novos desembargadores são empossados

A composição de desembargadores do Tribunal de Justiça conta agora com mais cinco magistrados

No dia 1.º de outubro último, quatro magistrados dos Tribunais de Alçada do Estado de São Paulo tomaram posse no cargo de desembargador em cerimônia realizada no gabinete do des. Luiz Elias Tâmbara, presidente do Tribunal de Justiça do Estado. A posse contou com as presenças de autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo, além de familiares e amigos.

Os juízes promovidos foram: Antonio Luis de Carvalho Viana e Urbano Ruiz, juízes do 1.º TAC; Gilberto de Souza Moreira, juiz do 2.º TAC; e Oldemar Azevedo, que atuava no Tacrim.

O Tribunal de Justiça conta atualmente com 132 desembargadores na ativa, e, segundo as estatísticas do mês de maio último, há um total de 12.265.567 feitos em andamento no TJ, ou seja, a demanda de processos do Tribunal é muito superior ao número de juízes. Esse é um dos fatores que levam os juízes e desembargadores a trabalharem acima do seu limite. Ainda assim, ao proferir seu discurso durante a cerimônia, Luiz Elias Tâmbara disse que os juízes de primeiro grau, da Justiça paulista, proferiram, no ano de 2003, mais do que o dobro da média do restante dos outros 26 Estados. Disse ainda que os desembargadores de São Paulo e os juízes dos Tribunais de Alçada do Esta-

do só ficam em segundo lugar em produtividade de votos em relação ao Tribunal do Rio Grande do Sul — RS — que conta atualmente com 125 desembargadores. “Os juízes de São Paulo trabalham, e muito, e em contrapartida são os mais mal remunerados”, afirmou o des. Tâmbara.

O presidente da APAMAGIS, des. Celso Luiz Limongi, saudou os novos desembargadores em nome do Tribunal. Ele começou seu discurso falando de perenidade e renovação. “Renovação, porque são novos magistrados que sucedem outros, e perenidade, porque é a sucessão de magistrados, cumprindo a tradição bandeirante de honradez, qualidade e trabalho”.

Após enumerar o histórico do des. Oldemar, Celso Limongi disse que “os sólidos conhecimentos humanísticos e o aprofundamento dos estudos jurídicos garantiram a Oldemar, em breve espaço de tempo, formar-se juiz de excelente capacidade técnica, a merecer o respeito de todos os que o conhecem”. Limongi também falou das qualidades do des. Antonio Luis de Carvalho Viana, dizendo que o magistrado “é possuidor de personalidade marcante, tornando mais leve, para seus colegas de Câmara, o pesado ofício de julgar”.



Celso Luiz Limongi recepcionou os novos desembargadores que o presidente do TJ, Luiz Elias Tâmbara, empossou

O des. Gilberto de Souza Moreira foi colega de Celso Limongi quando, juntos, judicaram nas Varas Distritais do Tucuruvi. Segundo Limongi, “a magistratura paulista exige conhecimento, trabalho árduo e exaustivo, ética e independência”, requisitos estes, que o magistrado Gilberto preenche.

Ao se referir a Urbano Ruiz, Limongi disse que o magistrado “se projetou na carreira, porque é um juiz voltado para o social. Sua grande preocupação foi ser justo”. O presidente da APAMAGIS encerrou seu discurso, agradecendo aos colegas ora empossados pela sugestão de seu nome, para proferir os votos de felicidade aos mesmos.

“Como juízes, temos que ter consciência, bom senso e honestidade em nossos comportamentos e decisões”, foi assim que o des. Oldemar Azevedo, que falou em nome dos colegas empossados, começou seu discurso. Após

relembrar momentos marcantes que passou com cada um dos novos colegas, o des. disse: “começamos uma vida nova, daquilo que nós entendemos e procuramos compreender que seja Justiça”.

Para finalizar seu discurso, Oldemar agradeceu aos presentes e deixou uma mensagem: “que nós continuemos com a defesa da independência e autonomia do Poder Judiciário, que está muito bem representado pela atual administração”.

Ao término da solenidade, Luiz Tâmbara comunicou aos presentes que o Tribunal de Justiça de São Paulo integrará 3000 estagiários, sendo que um deles é portador de deficiência física. E concluiu desejando felicidade aos desembargadores.

E, no dia 6 de outubro, o juiz Marco Antonio Rodrigues Nahum também foi empossado pelo presidente do Tribunal como desembargador.

Fonte: site do TJ

# Pensionistas reivindicam direitos adquiridos

Diversos Estados brasileiros foram representados no Congresso de Pensionistas realizado em Belo Horizonte

**E**m razão dos bem sucedidos congressos já realizados para os aposentados, a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB — e a Associação dos Magistrados Mineiros — Amagis — promoveram, entre os dias 22 a 25 de setembro último, o I Congresso Nacional de Pensionistas em Belo Horizonte — MG.

“Belo Horizonte foi a cidade escolhida, porque, além de estar muito bem localizada e ter um ótimo clima, é uma cidade muito hospitaleira e está situada em um

Estado de grande riqueza cultural”, afirmou Eneida Teresinha Barbosa, diretora do Departamento de Pensionistas da AMB. O Encontro proporcionou aos participantes, além do conagração, a troca de idéias, e aproveitaram a oportunidade para conhecer a região.

Representantes de vários Estados do País estiveram presentes no evento, entre eles: Alagoas, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, com um total de 180 participantes,

---

O Congresso não teve por objetivo apenas o encontro entre as pensionistas, mas também foi o momento de exigir seus direitos.

---

que se reuniram com o objetivo de debater os impactos da reforma da Previdência e aprofundar a organização desta área nas associações de magistrados do País.

Ao proferir seu discurso, Eneida Barbosa demonstrou sua indignação ao falar sobre a taxa de 11% dos

aposentados e pensionistas, por ela considerado um retrocesso constitucional. Eneida ainda foi além, quando lembrou da forma controladora como o governo tem agido, com as propostas de criar um Conselho Federal de Jornalismo, reduzir o poder de investigação do Ministério Público e estabelecer um órgão de controle do Poder Judiciário.

O Congresso não teve por objetivo apenas o encontro entre as pensionistas, mas também foi o momento de exigirem seus direitos. Para o presidente da AMB, des. Cláudio Baldino Maciel, “é um momento histórico a realização do I Congresso de Pensionistas, porque quem acreditava que o evento seria apenas um momento de conagração errou, pois será marcado por reivindicações e apoio”.

O presidente finalizou seu discurso com a “idéia de que o Judiciário vive de Justiça, de decisões justas, ainda que elas não sejam a melhor decisão econômica. Satisfaz-se com coesão do Judiciário e também com união dos pensionistas, que, junto dos magistrados, lutam pela garantia de todas as conquistas”.

Segundo a assessoria de imprensa da AMB, no encerramento do Congresso foi aprovada a declaração em que os participantes repudiam “a inconstitucional redução do valor das pensões das futuras pensionistas” e condenam “o estabelecimento de contribuição previdenciária para pensionistas e aposentados, tendo em vista tratar-se de verdadeiro confisco, já que não oferecerá nenhuma contrapartida aos respectivos contribuintes”.

Leia abaixo a íntegra da “Carta de Belo Horizonte”.

As pensionistas da Magistratura Brasileira, reunidas no I Congresso Nacional, convocado pela Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB —, em Belo Horizonte/MG, vêm a público para:

1. REPUDIAR a inconstitucional redução do valor de pensões das futuras pensionistas, bem como CONDENAR o estabelecimento de contribuição previdenciária para pensi-

onistas e aposentados, tendo em vista tratar-se de verdadeiro confisco, já que não oferecerá nenhuma contrapartida aos respectivos contribuintes;

2. EXORTAR todas as associações de juizes a prestarem apoio efetivo às necessidades e reivindicações das pensionistas de magistrados, assegurando a estas os mesmos direitos e benefícios que seus cônjuges usufruíam se vivos fossem;

3. DEFENDER o pagamento integral e a paridade entre pensionistas e aposentados pelos cofres do Poder Judiciário, e nas mesmas datas dos efetuados aos juizes da ativa;

4. PROPUGNAR pelo imediato pagamento dos precatórios em atraso, e DENUNCIAR a exploração praticada por alguns agentes inescrupulosos que, aproveitando-se de dificuldades pontuais

dos beneficiários, vêm promovendo o aviltamento dos valores daqueles precatórios, adquirindo-os por preço vil;

5. CONCLAMAR as direções de associações a integrarem as suas pensionistas à vida associativa e estimulá-las àquela convivência e a exigirem sua valorização, sendo acolhidas e reconhecidas inclusive na condição de associadas.

Fonte: assessoria de imprensa da Amagis

# União da magistratura nacional

Juizes reunidos no II ENAJE criticam e denunciam o Executivo, que insiste no esvaziamento do Poder Judiciário

Com o tema “A Justiça que queremos”, o II Encontro Nacional de Juizes Estaduais, realizado na Câmara Americana de Comércio (Amcham), nos dias 10 e 11 de outubro último, foi marcado pelo ineditismo. Pela primeira vez, juizes das Justiças estadual, militar, federal e do trabalho se encontraram para discutir temas que realmente interessam à magistratura brasileira. Claramente em oposição à reforma do Judiciário, que tramita no Congresso Nacional, os magistrados falaram sobre garantia do estado democrático de direito, independência do Poder Judiciário e efetividade da Justiça, voltada exclusivamente para os interesses da sociedade.

Ao final da reunião, os juizes aprovaram a Carta de São Paulo, cujo título é “Manifesto em defesa dos valores constitucionais” (leia a íntegra no final da matéria), além de concluírem que há necessidade de se trabalhar em duas frentes. A primeira é na defesa da competência da Justiça estadual. A segunda proposta encampada pelos magistrados é fazer a contra-reforma do Judiciário. A sugestão, por sinal, fez parte do incisivo discurso do presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi.

Na cerimônia de abertura, no dia 10, à noite, foi exibido o filme “Justiça”, da diretora Maria Augusta Ramos. Em seguida, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel, presidiu a solenidade de abertu-



*Deputado Gabeira analisa costumes da sociedade brasileira e sua consequência na política*

tura do Encontro; à mesa estavam: os presidentes da Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS), Celso Luiz Limongi; José Lúcio Munhoz, da Associação dos Magistrados do Trabalho da II Região (AMATRA II); José Marcos Lunardelli, da Associação dos Juizes Federais do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul (AJUFESP); e Rodrigo Collaço, coordenador da Justiça Estadual da AMB.

O II ENAJE foi uma realização da AMB, da APAMAGIS e da AJUFESP e o Banco Bradesco e Editora Revista dos Tribunais patrocinaram o evento. Após a abertura solene do evento os organizadores serviram um coquetel de boas-vindas aos participantes e, no último dia, o Encontro foi encerra-

do com um jantar de gala no Clube Monte Líbano.

## Críticas ao Executivo

Baldino Maciel fez um discurso pautado em críticas ao governo federal e ao mercado financeiro, que, de acordo com sua análise, domina o Estado. O presidente da AMB iniciou sua participação pontuando as conclusões do conjunto de reformas do denominado “Consenso de Washington, que seus integrantes — FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento — entendem serem essenciais para estabilizar as economias dos países periféricos, ou seja, da América Latina.”

“A adoção dos dez mandamentos do ‘Consenso de Washington’ implicou a re-

alização de diversas reformas estruturais na economia. Foram elas reformas de primeira geração, no seu exemplo mais perverso a recente reforma da Previdência Social, realizada não por problemas atuariais no sistema, mas por interesses na apropriação dos vultosos depósitos de valores arrecadados dos servidores públicos. Agora, tenta-se aplicar as reformas de segunda geração, como complemento das primeiras. E a reforma do Judiciário é parte desse projeto. Bancos internacionais têm financiado a reforma do Judiciário em vários países. Espero que este Encontro seja mais uma oportunidade para crescermos na nossa difícil missão: a de dar respostas justas a uma Nação injusta. E que seja tam-

bém uma porta aberta para o futuro.”

### Contra-reforma

No início de seu discurso, o presidente da APAMAGIS conclamou à união da magistratura nacional. Criticou o Poder Executivo Federal, que administra e executa a lei, além de legislar por meio de medidas provisórias, e que só está faltando julgar. “Temo que o Judiciário se torne simples braço do Executivo, com súmula vinculante e controle externo.” E, sem enaltecer a figura do magistrado, ele falou da complexa função do juiz, que é o protetor do indivíduo — brasileiro ou estrangeiro —, livrando-o da ação perversa e mal intencionada dos chefes dos Executivos.

Limongi disse que o juiz não deve ser um cego cumpridor da lei, como um ser inanimado incapaz de pensar, refletir e interpretar a lei. “O Judiciário não pode ser asséptico, previsível, domesticado pelos outros Poderes, pelo Banco Mundial, pelos grandes conglomerados econômico-financeiros ou por um futuro Conselho Nacional de Justiça. O juiz que burocraticamente seja mero aplicador da lei deve desvestir a toga e vesti-la no primeiro computador que lhe aparecer à frente. Observando-se o quadro político nacional, estranha-se a montagem de um esquema autoritário: criam-se um conselho externo do Judiciário e um controle externo do Ministério Público; cria-se o Conselho Federal de Jornalismo, com poderes de cassação do registro de jornalista, a reforçar a idéia de autoritarismo. Recorde-se que um jornalista do New York Times teve cassado seu registro, o que o obrigaria a deixar o Brasil; cria-se um controle da atividade audiovisual; o psicólogo deve denunciar violências pratica-



Da esquerda para a direita: deputado federal José Eduardo Cardoso, des. Enrique Ricardo Lewandowski e o ministro César Peluso

das contra seu cliente; o advogado também. Cria-se o controle das universidades privadas, com a estatização das vagas das universidades privadas; controle das agências regulatórias, com a retirada de seu poder de ação; controle da intimidade do cidadão, com a quebra do sigilo bancário, por mero decreto, a favor da polícia; leniência com o MST; lei da mordaza, proibindo funcionários de prestar informações. O presidente da República, não sei se por chiste ou ato falho, se refere ao Gabão, e a como se aprende a permanecer no poder por 37 anos. Parece mesmo que ‘os mais ardorosos defensores da liberdade se mostram os mais ferozes ditadores, quando assumem o poder, ao estilo de Fidel Castro’. Creio, pois, que, a começar por este II Encontro Nacional de Juizes Estaduais, devemos cumprir um grave dever ético: iniciar, desde já, a luta pela contra-reforma do Poder Judiciário, mantendo-o, com serenidade e cientificidade, infenso a injunções políticas, independente, imparcial e guardião eficaz dos direitos fundamentais do ho-

mem, sempre atento aos superiores princípios do Estado Democrático de Direito e aos superiores interesses da sociedade, de quem somos meros servidores.”

### Pela defesa da federação

Rodrigo Collaço, por sua vez, ressaltou a crescente força política e econômica acumulada pelo governo federal em detrimento dos governos estaduais e municipais.

Para ele, o principal objetivo do Encontro foi reafirmar a união de todos os segmentos da magistratura brasileira, indicando o desejo de se aprimorar o relacionamento, superarem-se as divergências e valorizarem as convergências. Ele observou que está em curso no País um movimento que visa a esvaziar a competência da Justiça Estadual, e que a prova disso são as tentativas de reduzir a participação da Justiça estadual na composição dos TREs, a federalização das questões referentes aos direitos humanos e a transferência dos conflitos agrários para a Justiça federal. Collaço fri-

sou que não pretende estabelecer uma guerra santa por disputa de competência, mas sim fazer a defesa da federação e a defesa da eficácia da Carta Constitucional. “Não nos iludamos: quem busca enfraquecer a federação, na mesma medida, intenta enfraquecer o Poder Judiciário Estadual. É chegada a hora de defendermos a integridade de nosso sistema político, é chegou o momento da defesa da autonomia política e econômica dos entes federados, é chegada a hora de criarmos um movimento nacional em defesa do sistema federativo. Tenho certeza de que este evento será o ponto de partida para essa idéia.”

O presidente da AMATRA II, José Lúcio Munhoz, frisou que é preciso haver união de todos os juizes contra todos os tipos de mordaza e Conselho Nacional de Justiça, contra as quebras de prerrogativas da magistratura e o cerceamento do poder investigatório do Ministério Público.

O presidente da AJU-FESP, José Marcos Lunardelli, agradeceu o convite para participar da organização do evento. Ele, auxiliando-se do tema do Encontro “A Justiça que queremos”, afirmou que deseja uma Justiça mais ágil, mais responsável, com criatividade, com decisões em tempo social útil e comprometida com os princípios republicanos.

### Tolerância e mediação

Os temas discutidos no II Encontro Nacional de Juizes Estaduais foram divididos em três painéis: um pela manhã e dois à tarde. No dia 11, o deputado federal Fernando Gabeira, sem partido, foi o primeiro paineleiro do dia. O tema exposto por ele foi Por uma Política de Tolerância — Adminis-

trando as Diferenças. A mesa foi presidida pelo presidente da AMATRA II.

O deputado fez uma análise abrangente dos usos e costumes da sociedade brasileira e de como esses assuntos interagem na política brasileira. De acordo com Gabeira, o assunto sobre o qual discoria é objeto de trabalho ao longo de sua vida pública, uma vez que, no Congresso Nacional, ele trabalha com temas polêmicos como drogas, legalização da prostituição, aborto, união civil entre homossexuais. Para o deputado, o grande problema que está na raiz da tolerância é o medo. “Os grandes conflitos mundiais estão estabelecidos na política de intolerância de aceitar o outro.” Gabeira frisou que, para aceitar as diferenças, é fundamental estabelecer o diálogo racional — maneira de se chegar ao consenso. O deputado assinalou que ele percebe que hoje há, no Brasil, uma mudança da perspectiva republicana para uma perspectiva religiosa, por conta da bancada dos evangélicos e dos católicos no Congresso Nacional. Gabeira afirmou que o cristão não vota em pessoas ou em projetos de parlamentares que defendem assuntos polêmicos, como aborto e união estável entre homossexuais.

Analisando as colocações de Fernando Gabeira, o segundo palestrante daquela manhã foi o ex-secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luís Eduardo Soares. O sociólogo falou sobre Persuasão e Mediação. Soares acha que o ambiente atual é o da mediação de conflitos privados, por parte do Estado, através do Judi-

ciário. Resolver os conflitos através da mediação implica a utilização de técnicas de persuasão e dissimulação de interesses. “Dessa forma, estabelece-se um clima de convivência com as demais pessoas e grupos de interesse. Isto é um ambiente de tolerância.”

### Reforma da prestação jurisdicional

À tarde, o deputado federal José Eduardo Cardozo, do PT/SP, que preside a Comissão Especial para a reforma do Judiciário na Câmara dos Deputados, falou sobre a Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN). Ele afirmou que alguns pontos da reforma do Judiciário terão reflexos diretos na LOMAN, cujo projeto o Supremo Tribunal Federal deverá enviar à Comissão. De acordo com o deputado, quando se fala em reformas do Judiciário, imediatamente se pensa em reforma estrutural. “No entanto, o que se pretende é fazer uma reforma na prestação jurisdicional”, disse. De acordo com Cardozo, os problemas mais graves que afetam o Judiciário Brasileiro são a morosidade, o acesso à Justiça, a falta de modernização, ges-



Representantes de vários Estados do País participaram do Encontro

tão administrativa, o corporativismo e a falta de previsibilidade no sistema processual, que possibilita decisões desencontradas, quando as decisões de primeiro grau são invalidadas pelo efeito suspensivo. No entender do deputado, o corporativismo na magistratura impede a melhoria da prestação jurisdicional. Ele também criticou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tolhe a prestação Jurisdicional de alguns Estados, como São Paulo, por exemplo. Cardozo defende a eleição direta para os integrantes dos Órgãos Especiais e que todos os juizes decidam como e onde o orça-

mento dos Tribunais será utilizado. “Enquanto alguns Tribunais constroem prédios nababescos, o juiz do interior mal tem teto para poder desenvolver o seu trabalho.” O parlamentar também se posicionou radicalmente contra súmula vinculante, e acrescentou que fica entristecido em ver que seus colegas de partido são favoráveis ao mecanismo e que vão aprová-lo. “Acho que o Supremo não terá estrutura para enfrentar a avalanche de processos que irá receber.”

### LOMAN em discussão

Na seqüência, o relator do novo texto da Lei Orgânica da Magistratura, o ministro César Peluso, do STF, explicou alguns pontos da LOMAN. “Em relação a algumas propostas que me parecem importantes na LOMAN, acho que não vão resolver os grandes problemas do Judiciário, como não serão resolvidos com a reforma do Judiciário”, afirmou. Ele acrescentou que a LOMAN cuidará de aspectos básicos do Judiciário, como alteração da competência dos Tribunais; estuda a possibilidade de es-



Os presidentes da APAMAGIS e da AMB, des. Celso Luiz Limongi e des. Cláudio Baldino Maciel, respectivamente, encerraram os trabalhos agradecendo a presença de todos

tabelecer a Justiça Itinerante em todo o território Nacional; vincular a taxa judiciária ao custeio dos processos; proibir o nepotismo; criar mecanismos para que os dirigentes dos Tribunais instaurem processos administrativos quando forem detectadas infrações; criar critérios claros para a nomeação do quinto constitucional; estabelecer como etapa obrigatória a participação, com avaliação, dos juízes vitalícios nas escolas preparatórias da magistratura; estender aos magistrados todas as prerrogativas e vantagens obtidas pelos integrantes do Ministério Público, entre outros aspectos.

O ministro afirmou que é favorável à eleição direta à metade do Órgão Especial e à quarentena de juízes para ocupar cargos no Executivo. E disse que as férias de 60 dias para os magistrados são uma necessidade sanitária. “Se tivéssemos tomado a iniciativa de nos analisarmos há mais tempo, hoje não seríamos os culpados pelas mazelas de que nos culpam. A minha posição é a mais aberta para preservar as garantias e prerrogativas dos juízes”, finalizou. Participou desse painel como mediador o des. Enrique Ricardo Lewandowski.

### A face do Judiciário

A última palestra do II ENAJE foi proferida pela pesquisadora Márcia Cavallari, do IBOPE, que explicou pormenorizadamente a pesquisa que mostra qual a visão que a sociedade tem dos três Poderes. A

---

O ministro afirmou que é favorável à eleição direta à metade do Órgão Especial e à quarentena de juízes para ocupar cargos no Executivo. E disse que as férias de 60 dias para os magistrados são uma necessidade sanitária

---

pesquisa foi encomendada pela AMB e realizada, em março desse ano, com pessoas das classes A a D em três Capitais brasileiras: São Paulo, Recife e Porto Alegre. O estudo concluiu que a sociedade tem informações limitadas e confusas a respeito dos três Poderes. Os entrevistados também perceberam que há equilíbrio entre os Poderes, porém, salientaram que prevalece o poder econômico sobre um ou outro. Sobre o papel desempenhado por cada um dos Poderes, as pessoas não souberam responder como eles funcionam, mas deixaram claro que o Executivo e o Legislativo são pró-ativos, ao contrário do Judiciário, que é considerado reativo — por

ser mais regulador ao evitar os excessos cometidos pelo outros Poderes e impedir a transgressão das leis. No entanto, a imagem do Poder Judiciário é predominantemente negativa entre a população, mas admitiram que a inexistência do Judiciário seria o caos total.

Participaram desse painel o publicitário Evandro Piccino e o jornalista Chico Otávio, do “O Globo”. Piccino disse que faltam mais informações sobre o Poder Judiciário para a população, que não sabe realmente qual é o papel do Judiciário: “As pessoas são mais guiadas pela impressão do que pela informação”, sugerindo que haja maior aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Acrescentou: “acho que mais importante que a imagem do juiz é a imagem da Justiça”. O publicitário concluiu que os juízes e o Judiciário devem definir como gostariam de ser vistos e aí, sim, definir os passos de comunicação com a sociedade.

O jornalista Chico Otávio explicou à platéia sua expe-

riência profissional na cobertura de matérias jurídicas e do Poder Judiciário. Também externou a sua opinião a respeito do Conselho de Jornalismo, posicionando-se favorável à sua criação.

O II ENAJE foi encerrado pelos presidentes da AMB e da APAMAGIS, que agradeceram a presença de todos. Em entrevista ao “Tribuna”, Baldino Maciel declarou que os Juízes estão vivendo momentos de dificuldade, acrescentando que o Poder Judiciário está em risco no Brasil, porque o Poder Executivo é um Poder maior do que deveria ser nas suas atribuições. “O Poder Judiciário é um obstáculo ao Executivo. Esse encontro reveste-se de grande importância para a magistratura nacional, pois mostrou o nível de preocupação que nós temos em relação ao momento pelo qual passa a nação brasileira.”

Sobre a pesquisa realizada pelo IBOPE e que apontou um quadro nada animador do Judiciário, o presidente da AMB esclareceu que há um esforço concentrado para melhorar a imagem do Poder Judiciário através de parcerias com a Rede Globo, que veicula comerciais em forma de

quadrinhos sobre o funcionamento de Judiciário; o sistema de rádio da AMB, pelo qual mais de 60 emissoras recebem notícias produzidas pela AMB; o programa mensal na TV Justiça, além de entrevistas, reportagens e artigos para mostrar o que é o Poder Judiciário. “Nós tentamos colaborar para que essa imagem melhore. Mas isso não é fácil é preciso que todos os juízes assumam uma posição pró-ativa, manifestando-se mais e ocupando mais espaço na mídia.”



O II Enaje foi encerrado com um jantar de gala no Clube Monte Líbano

## II ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES ESTADUAIS

### MANIFESTO EM DEFESA DOS VALORES CONSTITUCIONAIS

#### CARTA DE SÃO PAULO

Os juizes brasileiros participantes do II Encontro Nacional de Juizes Estaduais, na cidade de São Paulo, solidários com as preocupações da cidadania nacional diante da permanente instabilização política e institucional decorrente das sucessivas emendas constitucionais, a exemplo

da reforma do Poder Judiciário, que relativizam e desacreditam princípios e valores historicamente consagrados pela vontade nacional fixada na Constituição Federal.

Considerando que se torna cada vez mais nítido o desrespeito ao pluralismo político e às diversidades regionais

que inspiraram o pacto federativo, base de sustentação do projeto democrático e descentralizador forjado pelo legislador constituinte de 1988, o Estado Democrático de Direito Brasileiro, vêm alertar a Nação para os riscos e preocupações seguintes:

Direitos e Valores Constitucionais — Desde 1988, a Constituição Federal, tábua da lei que expressa a vontade nacional, foi agredida por 42 emendas que deformam e desfiguram a unidade ideológica em que foi concebida e promulgada. O poder de emendar a constituição decorre do dinamismo próprio dos processos sociais. Mas, não deve ser adotado como regra, eis que não se pode submeter a Vontade Nacional ao interesse ocasional de projetos dos titulares temporários do governo ou de interesses econômicos e financeiros internacionais. A Nação que tolera a submissão contrária à vontade maior de sua alma nacional mostra-se frágil e doente.

O Poder Legislativo, constituído pela Câmara e Senado, só em caráter excepcional fica investido de funções constituintes. A Constituição Federal, por ser expressão de vontade nacional manifestada pelo Poder Constituinte, tem função norteadora da vida política nacional. Foi legitimamente promulgada por uma Assembléia Nacional Constituinte para esse fim convocada. Os princípios, as razões e os valores constitucionais situam-se na posição mais alta da hierarquia e da estabilidade jurídica.

Valores e princípios que seriam de supor-se absolutos, ou cláusulas pétreas, como a

dignidade da pessoa humana, a cidadania, o pluralismo político, as garantias de livre manifestação do pensamento, de respeito ao direito adquirido e à independência dos julgamentos judiciais, não podem ser diariamente submetidos, flexibilizados, reduzidos pela ação de uns poucos.

É para propor a valorização do patrimônio ético inscrito na Carta Constitucional, que, antes de ser jurídico e político brota do sentimento cívico de cada brasileiro, que os magistrados brasileiros lançam seu grito de alerta à Nação contra a ameaça de violação de princípios e valores fundamentais.

A violação do pacto federativo tributário — A Constituição Federal consagrou a autonomia das diferentes esferas de poder e dos entes federativos. Por via transversa, porém, a política de centralização tributária da União vem sendo pródiga em criar tributos travestidos de “contribuições”, de forma a evitar a divisão do bolo tributário com os Estados e Municípios, estratégia pelo qual vem logrando, progressivamente submeter governadores e prefeitos, pelo estrangulamento financeiro, ao Poder Central.

A violação do pacto federativo judiciário — A pretendida concentração na Justiça Federal das competências para o processo e julgamento de questões agrárias e de direitos humanos, aliada à instituição da súmula vinculante e do conselho nacional

de Justiça, visam impingir às Justças dos Estados a jurisprudência federal, numa hipertrofia institucional e controladora, que afastará os julgamentos dos magistrados mantêm trato direto com a comunidade, inibindo a independência de julgar e submetendo a jurisprudência à orientação ditada por Tribunais cujos membros são escolhidos por critérios exclusivamente políticos.

A violação da liberdade de expressão — A criação do Conselho Federal de Jornalismo, o controle da cultura audiovisual, a mordaza dos servidores públicos e membros de carreiras jurídicas, revestem escancarado viés de controlar a jurisdição, a imprensa e a liberdade de expressão, princípios que, se flexibilizados, colocam em severo risco a saúde das instituições democráticas do País.

A violação da independência dos poderes — A abusiva edição de medidas provisórias sem o caráter de urgência que lhes é inerente subtrai do Poder Legislativo a prerrogativa do respeito ao processo legislativo ordinário. A instituição de súmulas vinculantes a serem editadas pelo Supremo Tribunal Federal agride a independência do Poder Legislativo, subtraindo-lhe a competência de regrar circunstâncias gerais, exclusiva da lei.

PELAS RAZÕES EXPOSTAS, sinais que induzem estarmos frente a grave ameaça e risco à or-

dem constitucional, os magistrados signatários;

DELIBERAM associar-se às demais vozes que emergem do cenário político nacional em defesa da ordem constitucional e publicam esta Carta de São Paulo, para chamar a nação brasileira à reflexão sobre a paulatina exclusão dos valores que caracterizam o Estado Democrático de Direito firmado na “Constituição Cidadã” de 1988;

PROPÕEM a adoção de medidas que conduzam à estruturação de uma contra-reforma do Poder Judiciário, capaz de assegurar-lhe a independência no exercício da sua função constitucional de poder moderador;

CONCLAMAM a população brasileira, todos os seus cidadãos e entidades públicas, privadas, associativas, sindicais, empresariais e de trabalhadores, a unir-se, em comissão, para planejar o movimento em DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DO PACTO FEDERATIVO: e

ALERTAM as autoridades, a imprensa e o povo brasileiro sobre o grave momento político institucional que a Nação atravessa.

São Paulo, 11 de outubro de 2004.

## Noite memorável

Expoentes do Judiciário e da comunidade jurídica prestam homenagem ao ministro Hélio Quaglia Barbosa

Com um jantar, ocorrido na Associação Brasileira “A Hebraica de São Paulo”, ex-alunos da Turma “Teixeira Freitas”, de 1966, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, prestaram uma homenagem a Hélio Quaglia Barbosa, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no último dia 27 de setembro.

Os propositores e organizadores do tributo foram os advogados Hamilton Dias de Souza, Henrique Lindenbojm, Luiz Eduardo Giroto e Thomas Benes Felsberg, que reuniram companheiros de faculdade, amigos e familiares do homenageado. Os desembargadores Luiz Elias Tâmbara, presidente do TJ; Caio Eduardo Canguçu de Almeida, segundo vice-presidente em exercício; Ruy Pereira Camilo, terceiro vice-presidente; José Mário Antonio Cardinale, corregedor da Justiça e Celso Luiz Limongi, presidente da APAMAGIS, também estiveram presentes no evento, congratulando-se com o ministro. Entre os convidados destacaram-se o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, e o secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Alexandre de Moraes. Os organizadores ofereceram a Hélio Quaglia Barbosa uma placa de prata e uma caneta. O ministro, lisonjeado com a honraria, agradeceu a todos com o discurso que reproduzimos na íntegra:



*Turma “Teixeira de Freitas” recordando os momentos inesquecíveis vividos nas Arcadas*

“Ministro Nelson Jobim, digníssimo presidente do Colendo Supremo Tribunal Federal, a quem, antes de tudo, sou profundamente grato pelo incentivo com que me distinguiu em mais um passo de minha vida de magistrado,

Desembargador Luiz Elias Tâmbara, digníssimo presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, amigo de longa data e de todas as horas, que nunca me faltou nos momentos de incerteza e apreensão,

Professor Alexandre de Moraes, digníssimo secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, jurista de primeira linha, já credor, ainda em pleno albor da juventude, da admiração do mundo dos operadores do Direito,

Doutores Hamilton Dias de Souza, Henrique Linden-

bojm, Luiz Eduardo Giroto e Thomas Benes Felsberg, caríssimos e dedicados iniciadores da tarefa de reunir, depois de tantos anos, os colegas da querida e sempre lembrada Turma “Teixeira de Freitas”, de 1966, das velhas e inesquecíveis Arcadas de São Francisco, pessoas em nome das quais saúdo e agradeço a todos os antigos companheiros, aos amigos e amigas, que hoje aqui se congregam para brindar a ascensão do velho colega, de bancos acadêmicos, de advocacia e de magistratura, ao Colendo Superior Tribunal de Justiça, com espontaneidade fraterna e comovente, a tal ponto de me causar dúvida sobre se conseguirei terminar as palavras que me dispus a

pronunciar ou, ao menos, a balbuciar,

Minha esposa Maria Inês, meus filhos Caio, Tais e Ciro, meus irmãos Ruy e Fernando, meu sobrinho Luís Eduardo, minha cunhada Solange,

Já pela emoção, que não me há de poupar, lembro-me de que Winston Churchill, de certa feita, expressara a idéia de que ‘palavras breves são melhores e as palavras velhas, quando breves, são as melhores de todas.’ Opto pela virtude mais fácil, porque dispensa o amadurecimento: a da brevidade.

Despretensiosamente, muito mais depois de ouvir a fala candente e formosa, na adjetivação de nosso saudoso mestre Sílvio Rodrigues, amoldada como luva às palavras do admirável Ronaldo Poletti, orador da querida Turma “Teixeira de Freitas”, da Velha e Sempre Nova Academia do Largo de São Francisco.

Porque se ‘a palavra foi dada ao homem para explicar seus pensamentos, e assim como os pensamentos são os retratos das coisas, da mesma forma as nossas palavras são retratos de nossos pensamentos’, na fala de personagem de Molière, não creio que me alongar faria por explicitar o que sinto e o que penso, com a razão em segundo plano diante do sentimento. É tocante, sumamente tocante, reencontrar velhos amigos, tantos quantos puderam vir abraçar-me e receber o meu abraço afetuoso.



Afinal que mais vale, na vida, que os velhos amigos. Aqueles de quem dizia Raquel de Queiroz, numa de suas preciosas crônicas: 'Pode haver nada mais confortável neste mundo do que um amigo velho? Não tem surpresas conosco, mas também não espera de nós o que não podemos dar. Não se escandaliza com o que fazemos, não se irrita. Não precisa a gente lhe explicar nada, o mecanismo de novos interesses e até mesmo de novos amores, porque o velho amigo conhece todos os nossos mecanismos. Mas, além dessa capacidade de compreensão quase infinita, se o amigo nos é acima de tudo precioso, é porque pre-

ciosos também somos nós para ele'.

Aqui os vejo a quase todos, salvo os que se foram e os que não puderam acudir ao toque de reunir feito soar pelo comandante Henrique; mas, se os vejo a quase todos, de todos sinto a presença e a força espiritual, o calor e o afeto, vindos da alma e do coração de cada um. Pois, como filosofava, em suas memórias, Pedro Nava: 'aparentar-se pelo coração é ser amigo. É preciso dons inatos de solidariedade, bondade, compreensão, a que se juntam também o momento especial de superposição e coinci-

dência de interesses, opiniões, princípios, regras, desregras — momento que pode ser fugaz ou transformar-se em duração de vida inteira'.

---

"Afinal, que mais vale, na vida, que os velhos amigos? Aqueles de quem dizia Raquel de Queiroz, numa de suas preciosas crônicas: 'Pode haver nada mais confortável neste mundo do que um amigo velho?'"

---

Mas, para nós todos, é vida inteira. Amigo, como defini-lo, como dizer o que é na sua essência, como

pintar-lhe o retrato, como esboçar seu perfil, como traçar-lhe a imagem e o ser? Confesso o que muitas vezes confessei, e certamente ainda hei de confessar: não sei ...Recorro a Emerson, para escapar do não saber: 'Um amigo pode ser considerado a obra-prima da natureza'.

Que mais dizer ante o paradoxo de múltiplas obras-primas, reunidas em assembleia, jubilosas, amáveis, carinhosas, doces e, sobretudo, generosas? Só lhes posso dizer, do recôndito da alma e do fundo do coração: Muito Obrigado!"

**FARMA HOUSE**  
MEDICAMENTOS E SERVIÇOS EM CASA.  
UM NOVO CONCEITO EM FARMÁCIA

**EXCELÊNCIA EM GENÉRICOS**  
**RANBAXY**

**O TRATAMENTO QUE VOCÊ MERECE. COM ECONOMIA DE ATÉ 80%**

- Atendentes treinados e dedicados para atendê-los e orientá-los com relação a sua solicitação.
- Toda linha de medicamentos (referência, genéricos e alternativos) com descontos especiais. Produtos de perfumaria e beleza.
- Toda linha de produtos para diabéticos. (aparelhos e tiras para medir glicemia e diabetes no sangue).
- Produtos cirúrgicos e ortopédicos
- Entrega na residência ou no trabalho até as 18hs. Aos sábados até as 12hs. (Entrega no mesmo dia se solicitado até as 12hs, ou no período da manhã do dia seguinte, quando solicitado após as 12hs.)
- Oferece gerenciamento de entrega programada para caso de medicamentos de uso contínuo.

**DISQUE (0XX11) 6090-1000**

## Na ordem do dia

As preocupações com a reforma do Judiciário são temas de congresso que reuniu especialistas da área jurídica

O Instituto Paulista de Magistrados — IPAM — realizou nos dias 23 e 24 de setembro último, o V Congresso do IPAM, cujo tema central foi a reforma do Poder Judiciário. O evento contou com a presença de renomados expositores da área jurídica.

Na abertura, a juíza Hertha Helena R. P. Palermo, presidente do IPAM, discorreu sobre a importância do trabalho realizado pelo Instituto e suas preocupações com a reforma do Judiciário. As palestras seguintes foram proferidas pelo ministro Paulo Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça; pelo juiz Carlos Eduardo Donegá Morandini e pelo coordenador da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB —, juiz Rodrigo Collaço.



*Evento transmitido on-line contou com a presença de renomados juristas*

No segundo dia do congresso, os expositores foram os desembargadores Celso Luiz Limongi e Antonio Carlos Viana Santos; os juízes Carlos Nunes Neto, Jayme de Oliveira e Hertha Helena R. P. Palermo e a juíza do Trabalho, Thereza Cristina

Nahas; o professor Cândido Rangel Dinamarco e Sérgio Renault, secretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça. Os palestrantes abordaram, entre outros temas, a democratização interna do Judiciário, a informatização, a unifica-

ção dos Tribunais de Alçadas, o controle externo, a greve nos serviços judiciários, a adoção das súmulas vinculantes e o diagnóstico sobre o Poder Judiciário.

O evento foi transmitido via *internet* para todo o Brasil e as palestras, gravadas e disponibilizadas no *site* do IPAM. A presidente do Instituto concluiu que “o resultado dos trabalhos foi excelente, seja pelo nível dos debates, seja pela presença maciça de magistrados ou ainda pela participação por meio da *internet*, que, inclusive, congestionou as linhas, impedindo novos acessos”. Hertha acrescentou que o IPAM formará uma comissão para debater um anteprojeto de lei sobre greve no serviço público, além de fomentar gestões que preservem os princípios republicano e federativo.

## A Justiça segundo o espiritismo

A Justiça além da vida foi tema de debate em encontro de juízes espíritas

A cidade de Bauru, no Interior de São Paulo, sediou, no último dia 18 de setembro, o II Encontro Regional de Magistrados Espíritas, promovido pela Associação Brasileira

de Magistrados Espíritas — ABRAME. O Encontro aconteceu no edifício do Fórum da Comarca de Bauru e o tema debatido no encontro foi “Direito e Espiritismo”



*ABRAME realiza II Encontro Regional de Magistrados Espíritas em Bauru*

Segundo Durval Augusto Rezende Filho, delegado seccional da ABRAME, o espiritismo apresenta três aspectos diferentes, ou seja, o científico, o filosófico e o religioso, recebendo de cada um maior atenção para aquele aspecto que mais lhe desperta o interesse. “Tais encontros têm sido grandes oportunidades de troca de conhecimento e experiências”, declarou, acrescentando que ao longo de todo o dia do encontro, um

sábado, foram proferidas palestras e realizados debates em torno do tema, num ambiente de paz e grande interesse de todos os presentes.

A tarefa do magistrado na área da Infância e da Juventude, assim como a missão de julgar foram matérias que receberam especial destaque. A Justiça além da vida foi também objeto de análise dos presentes, que puderam ainda conhecer um pouco mais sobre proteção espiritual.

**CAIO GRACCHO**

## QUÉOPS, QUÉFREN E MIQUERINOS

Quéops, Quéfren e Miquerinos, ao contrário do que se pensava, eram três quelônios ou tartarugas, como queiram. Quéops a mais velha e maior; Quéfren a do meio e média e Miquerinos, a pequenina e caçula. Moravam nas suas respectivas carapaças, à beira de um riacho. Certo dia, resolveram agitar suas vidas e decidiram fazer um piquenique na floresta. Prepararam a cesta com os acepipes próprios para eventos que tais e partiram. Céleres, na medida do possível, à procura de uma clareira. Andaram horas a fio. Dias, também a fio. Semanas, ainda a fio. No sexto mês de fio, encontraram a tal clareira. Pararam. Olharam em volta, com aquele olhar esperto de cágado. E chegaram à conclusão: “É aqui mesmo!”

Colocaram a cesta no centro da clareira e dela retiraram os acepipes. Quéops, então, virou-se para Quéfren e disse: “O que é acepipe, digo, me passa a toalha”. Quéfren, surpresa, falou para Miquerinos: “Ela tá falando com você, nanical!” Miquerinos, assustada, respondeu: “Comigo? Que toalha? Que acepipe?” Rapidamente chegaram à conclusão de que não havia toalha nenhuma. Quéops, do alto de sua sabedoria piramidal, disse: “Sem toalha não dá! Essas drogas dessas formigas vão comer nossos acepipes!” A apressada da Quéfren emendou: “No meu acepipe ninguém mexe! Eu sou e vou morrer virgem!”

Foi aí que a companheira Quéops (ela era de Garanhuns) sentenciou: “Alguém tem que voltar e pegar a toalha! Eu não vou, porque já estou meio velha e seis meses pra ir, mais seis meses pra voltar, vão pesar! Quéfren! Vai você, que é mais nova!”

“Eu?”, indagou a do meio. “Cê tá louca? A mina acha que eu vou perder um ano da minha vida por causa de uma toalha? F...-se, o acepipe, mana!” — ela era uma tartaruga-punk — “Manda a Miquerinos, que é mais nova e não tá a perigo!”

*Alea jacta est*, ou seja, a discussão estava lançada. Miquerinos, que,

apesar de pequena, não era boba (!), emendou: “Se liga, cachorra! Vocês pensam que eu sou otária, tá ligada? Assim que eu sair daqui, vocês vão cair de boca nos acepipes, tá ligada? E daí eu vou girar na areia movediça, tá ligada? Eu não vou voltar p... nenhuma, tá ligada?”

Elas estavam ligadas e ponderaram: “Olha, Mique (nessa altura, qualquer frescura valia). A gente promete, por tudo que é mais sagrado, pela carapaça das nossas mães, que, enquanto você não voltar, a gente não abre a cesta, não rela nos acepipes, não faz nada!” Estavam ajoelhadas. De patas postas. A promessa era solene.

Ao ouvir “rela no acepipe”, Quéfren, a mais safada, sentiu um ligeiro calafrio, meio que erótico. Tudo bem. Miquerinos era do bem e disse: “Tá bom. Vê lá, hein! Eu tô pondo a mó fê em vocês! Eu vô busca a toalha! Mas, me esperem, hein! Não relem nos acepipes! Eu volto!”

E assim foi. Miquerinos partiu e Quéops e Quéfren aguardaram ansiosas. Esperaram horas a fio. Dias, também a fio. Semanas, ainda a fio. No sexto mês, igualmente a fio, pensaram: “Ela chegou em casa!” Esperaram mais horas a fio. Dias também mais a fio. Semanas, ainda a fio. Outros seis meses e concluíram: “Ela deve estar chegando!” Mas, nada! Esperaram outras horas, dias semanas, tudo a fio. Mais seis meses de lambuja e concluíram: “Ela foi assaltada, seqüestrada! Relâmpago ou não, foi seqüestrada! Se perdeu! Sei lá!” E os acepipes aguardando...Quéops, então, decretou: “Chega! Assim não dá! Vamos comer e pronto! F...-se a Miquerinos!” E as duas, avidamente, começaram a dividir os tais acepipes. Foi quando Miquerinos, saindo de trás de uma pedra, exclamou: “Tá vendo suas filhas da p...! Eu falei! Imaginem se eu tivesse ido...!”

Caio Graccho é juiz aposentado e membro da União Brasileira de Escritores

**PAULO BOMFIM**

## Recordando

Com que alegria coloco, sobre o pórtico deste livro, um ramo de palavras!

Com que emoção sinto-me transportado, através dos trilhos da Araraquarense, fundada por meus antepassados, à Araraquara das primeiras décadas do século passado, onde o dr. Rosa Martins, avô de Esther, e Carlos Batista de Magalhães, meu bisavô, foram amigos.

Ah! Aquela convivência nascida sob o silvo das locomotivas e o requintado convívio no Clube Araraquarense e no hotel construído pelo engenheiro Alexandre Marcondes Machado, o irreverente Juó Bananere.

Falar sobre Esther de Figueiredo Ferraz é exercício de ternura e admiração, voto de amor que minha geração coloca aos pés de alguém que, sendo ícone da cultura jurídica brasileira, é também a mais sensível das amigas.

O livro que ousou apresentar é o retrato de uma alma e de uma vocação.

A amizade que devoto a Esther vem de longe. Além de nossos avós, prendo-me a ela pelos laços de companheirismo que ligaram seu pai a meu tio Guilherme Lebeis, na Secretaria da Viação, e pela devoção que tenho pela memória de seu primo, o desembargador Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, meu eleitor e companheiro de Academia Paulista de Letras.

No rosário de nossas ligações afetivas, duas contas brilham fulgurações de diamante nas lembranças do poeta: Pituca e José Carlos de Figueiredo Ferraz. A musa de uma geração de estudantes do Largo de São Francisco, e o engenheiro que teria resolvido as angústias da cidade de São Paulo.

Não consigo separar Esther do clã dos Figueiredo Ferraz, padrões da terra boa de Mococa.

Esther é, para mim, Arcadas de São Francisco, o vetusto Tribunal do Júri do Palácio da Justiça, o doce convívio na Academia Paulista de Letras e o coração presente nos momentos de alegria e de tristeza.

Mais do que ministra da Educação e professora ilustre, Esther é São Paulo!

Que este livro, revelador de tantas faces da sensibilidade de uma mulher vitoriosa, seja lido, relido e amado pelas gerações vindouras.

“Recordando” vamos caminhando com a advogada, a professora, a educadora, a escritora e a poetisa que se transforma em poesia.

Paulo Bomfim é poeta, jornalista e decano da Academia Paulista de Letras

## APAMAGIS É CAMPEÃ DE TÊNIS

### A conquista foi no IX Campeonato Brasileiro de Tênis da Magistratura realizado em Porto Seguro

DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
Diretor: Miguel Marques da Silva  
Diretores de tênis: Luiz Alberto Moro Cavalcante e Paulo Eduardo de Almeida Sorci

A equipe de tênis da APAMAGIS, composta pelos juízes Alessandro Vieira de Paula, Carlos Augusto de Santi Ribeiro, Heraldo Oliveira Silva, José Álvaro Machado Marques, Leandro Jorge Bittencourt Cano, Luiz Alberto Moro Cavalcante, Mário Devienne Ferraz, Newton Hermano, Paulo Eduardo de Almeida Sorci, Venício Antônio de Paula Salles e Yoshiaki Ichihara, sagrou-se campeã no IX Campeonato Brasileiro de Tênis da Magistratura, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em Porto Seguro, Bahia, nos dias 08, 09, 10 e 11 de setembro deste ano, conquistando dois troféus de campeão. As equipes do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande



Alessandro e Venício

do Sul ganharam um troféu de campeão, cada uma.

O campeonato foi disputado em seis categorias: livre (até 40 anos incompletos); máster (até 50 anos incompletos); super máster (até 60 anos incompletos); sênior (até 70 anos incompletos); feminino; e duplas.

Os jogos foram realizados no Capitania Hotel Porto Seguro, em doze quadras de saibro descobertas.

Cerca de setenta juízes participaram da competição, que se desenvolveu num ambiente de harmonia, festa e companheirismo, comprovando mais uma vez que o esporte é fundamental no relacionamento humano.

Os principais destaques da equipe paulista foram Venício, campeão na categoria máster e Alessandro, campeão na categoria livre.

## TORNEIO DE DUPLAS NA SEDE SOCIAL

Nos dias 23 e 24 de outubro, realizou-se, na sede social da APAMAGIS, o segundo torneio de tênis de 2004, na modalidade duplas rotativas.

O evento teve a participação de vinte atletas e desenvolveu-se em um ambiente muito agradável, prevalecendo o companheirismo e a esportividade.

No final, sagraram-se campeões: Ricardo e Evandro Cimino; vice-campeões: Paulo Sorci e Alfredo Rizzo; 3º lugar: Saletti e Machado Marques.



(Em pé) Cosme, Machado Marques, Saletti, Carlos de Santi, Evandro Cimino, Joaquim Molitor e Sampaio. Agachados: Sílvio, Aguinaldo, Paulo Sorci, Ricardo, Cavalcante, Alfredo Rizzo, Lori e Pino

## DISTÚRBIOS DO CRESCIMENTO - BAIXA ESTATURA

A avaliação de crianças com baixa estatura faz parte da rotina do pediatra e do endocrinologista.

A estatura é um dos atributos físicos valorizados pela sociedade e freqüentemente é motivo de preocupação dos pais e da criança.

O estigma social da baixa estatura leva famílias à busca de soluções mágicas em situações em que a criança é normal, apenas pequena para a idade cronológica.

A definição de baixa estatura refere-se a qualquer criança cuja altura se encontre, nos gráficos de crescimento, abaixo do terceiro percentil, isto é, acima de dois desvios padrões em relação à média da população.

O crescimento é um processo dinâmico, e a melhor maneira de avaliá-lo é por meio de mensurações seriadas que permitam determinar a velocidade de crescimento.

Em média, as crianças crescem 18 cm no primeiro semestre de vida, 7

a 9 cm, no segundo, 12 cm, no segundo ano e, em seguida, 5 a 6 cm por ano até o começo da puberdade.

As causas mais comuns de baixa estatura são variantes normais do crescimento representadas por baixa estatura familiar (genética) e retardo constitucional de crescimento e puberdade. Outras causas são: doenças sistêmicas (desnutrição, anemia, asma, nefrite, doenças cardíacas, doença inflamatória intestinal,...), distúrbios congênitos (retardo de crescimento intra-uterino, Síndrome de Turner, displasias esqueléticas) e doenças endócrinas (hipotireoidismo, deficiência de hormônio de crescimento, diabetes mellito, hipopituitarismo,...).

A deficiência de hormônio de crescimento é rara, mais comum no sexo masculino, não tem uma etiologia uniforme e pode ser total ou parcial. O indivíduo pode apresentar-se normal, a não ser pela baixa

estatura e curva de crescimento muito lenta. Quando a deficiência for total, não existem dificuldades diagnósticas, pelos fatores característicos: baixa estatura, distribuição da gordura no corpo e alterações na fisionomia.

Deve-se sempre estar atento ao desenvolvimento da criança e considerar um sinal de deficiência não ocorrer uma velocidade de crescimento dentro do estabelecido (4cm/ano).

O tratamento depende do diagnóstico. A terapia de suporte é muito importante e envolve a correção de hábitos alimentares errados, a orientação de uma alimentação balanceada para a idade, com estímulo à atividade física e ao sono adequado.



Drª Renata Giacomini Occhiuto  
R. Sampaio Viana, 202 cjo 83  
Paraíso - São Paulo  
(011) 38897054

Os hormônios são utilizados nos casos em que existe uma deficiência hormonal ou para corrigir alguns casos de atraso de desenvolvimento.

O maior objetivo de um tratamento para a baixa estatura é identificar e tratar os fatores que estejam perturbando

o processo normal de crescimento, e criar condições para que a criança aproveite ao máximo todo o seu potencial genético.

A escolha do tratamento com hormônio de crescimento deve ser criteriosa e levar em conta os efeitos colaterais do medicamento, o benefício sobre a estatura adulta, aspectos econômicos e psicológicos.

## Foz do Iguaçu

A cidade, sede brasileira das famosas cataratas, investe no turismo de lazer e de negócios e pretende ser valorizada pela grandiosidade de seu cartão postal

Sede das mais famosas cataratas do planeta, a cidade de Foz do Iguaçu, localizada a 637 quilômetros de Curitiba, no extremo oeste Paraná, faz fronteira com dois países: Paraguai e Argentina. Os 275 saltos que formam as cataratas são originados no rio Iguaçu, que percorre 1.320 quilômetros até a foz, desaguando no rio Paraná. A primeira queda, a Garganta do Diabo, é a mais profunda; depois é uma queda atrás da outra, um verdadeiro espetáculo oferecido gratuitamente pela natureza.

A cidade aposta em suas belezas naturais e, por isso, oferece aos turistas variadas opções de lazer. O turismo, que corresponde a 75% de sua economia, tem como cartões postais, além das cataratas, o Parque Nacional do Iguaçu, a usina hidrelétrica de Itaipu, o Parque das Aves e o Cânion Iguaçu, inaugurado no início do ano. O Parque nacional, localizado às margens do Rio Iguaçu, possui 185 mil hectares e três estações de lazer voltadas para o ecoturismo, todas muito seguras e bem estruturadas. O Cânion Iguaçu, por sua vez, oferece várias opções de esportes radicais, como escalada, cascading, trekking, arvorismo, rapel e rafting; além disso, há quatro trilhas ecológicas por



dentro da mata, que colocam o turista em contato direto com a fauna e flora da região.

A prefeitura local também está investindo no turismo de negócios e, até 2005, pretende transformar Foz do Iguaçu numa das cinco maiores cidades da América na realização de congressos, eventos, convenções e seminários. Para isso,

será inaugurado, ainda este ano, o maior centro de convenções do Paraná. E, embora o município tenha o terceiro mais completo complexo hoteleiro do Brasil, o setor está sendo revitalizado. Os hotéis mais antigos passaram por uma completa reforma e os novos resorts montaram centros de convenções próprios para aten-

der à demanda do turismo de eventos.

À noite, o destino dos turistas, levados por ônibus de passeio e vans, são os cassinos do Paraguai e da Argentina. Também os shows promovidos pelos famosos restaurantes da região são um atrativo à parte; o mais famoso é o "Show Latino-Americano" da churrascaria Rafain.

Na época mais abafada da região, o verão, os termômetros chegam a marcar 45.° C. De novembro a fevereiro, devido às pancadas de chuva, mais frequentes nessa época do ano, a umidade relativa do ar é de cerca de 80%. Já, na primavera, a temperatura varia em torno de 21.° C; o inverno é seco, com temperatura mínima de 7.° C.



### VESTIBULAR 2005

Coordenação: Arruda Alvim

CURSO DE DIREITO

Prova 19/12 - às 14h

#### INSCRIÇÕES ABERTAS

- Excelência no estudo do direito
- Turmas reduzidas
- Prática jurídica
- Instalações confortáveis
- Tutoria

Informações e inscrições:  
[www.fadisp.com.br](http://www.fadisp.com.br) ou  
tel: (11) 3061-0212

Fácil acesso: Rua Lisboa, 74  
Pinheiros – São Paulo.

E-mail: [fadisp@fadisp.com.br](mailto:fadisp@fadisp.com.br)

### PÓS-GRADUAÇÃO *Lato-Sensu*

Coordenação: Prof.ª Thereza Alvim

Seleção: 13/12/04

às 20 horas

Entrevista: 15/12/04

Investimento: R\$ 420

INSCRIÇÕES ABERTAS PELO SITE  
[www.fadisp.com.br](http://www.fadisp.com.br)

#### CURSOS

Direito Processual Civil  
Direito Civil  
Direito do Trabalho  
Direito Empresarial  
Direito Financeiro  
Direito Tributário  
Disciplinas Eletivas  
(Didática do Ensino Superior, Hermenêutica Jurídica e Lógica Jurídica)

#### CORPO DOCENTE

Antonio Carlos Mathias Coltro  
Arruda Alvim  
Cássio Mesquita Barros  
Clelio Chiesa  
Donaldo Armelin  
Eduardo Arruda Alvim  
Everaldo Augusto Cambler  
Francisco Cahali  
João Baptista Monteiro  
Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos  
Luiz Afonso Junqueira Sangirardi  
Manoel de Queiroz Pereira Calças  
Marcus Vinícius dos Santos Andrade  
Regina Duarte  
Regis Fernandes de Oliveira  
Rolando Maria da Luz  
Sérgio Rizzi  
Thereza Alvim

Convênio entre FADISP e APAMAGIS, desconto de 25% no curso de graduação e 10% no curso de pós-graduação *lato sensu*.

Faculdade Autônoma de Direito – Autorizada pela Portaria Ministerial n.º 1358 de 2001

### Evocando Emeric Lévy

Paulo Bomfim é poeta, jornalista e decano da Academia Paulista de Letras

Esta exposição foi idealizada pelo desembargador Emeric Lévy, insubstituível coordenador de nosso museu.

Provavelmente isso esteja ocorrendo também num universo paralelo onde os passos efêmeros se transfiguram em caminhos de eternidade.

Ninguém melhor do que ele, com sua sabedoria jurídica e sua erudição histórica, para

celebrar conosco a inauguração desta mostra sobre a presença da Justiça Paulista no Timor Leste e perpetuar, na memória do Tribunal, a saga de dra. Dora Martins na missão de Paz da ONU no último baluarte cristão da língua portuguesa.

A sensibilidade desse paulista por vocação, do peregrino originário de uma Hungria torturada por guerras e ideologias, compreendeu o drama de Timor Leste, irmanou-se com a causa de seu povo, sugerindo que se realizasse a exposição

hoje inaugurada por sua excelência o desembargador Luiz Elias Tâmbara, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O sofrimento e a redenção do Timor Leste aqui se encontram refletidos nas comovedoras fotografias da dra. Dora Martins.

A Justiça paulista e a processualística brasileira deixam suas sementes nas terras que levaram ao Prêmio Nobel da Paz, em 1996, o Bispo Ximenes Belo e Ramos Horta.

Dra. Dora Martins, receba dos irmãos em Emeric Lévy os cumprimentos por sua missão judicante e pelo acervo que se revela num momento em que a saudade molda os campos da esperança.

Reafirmamos neste salão, que, enquanto houver justiça e liberdade, os passos não são perdidos.

*(Oração pronunciada no Tribunal de Justiça, no dia 26 de outubro, por ocasião da inauguração da exposição "A Presença da Justiça Paulista no Timor Leste")*

### O falecimento de Euclides Calil

Antonio Raphael Silva Salvador  
Des. aposentado e membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS

Nossa classe se uniu à tristeza de Bauru pelo falecimento do seu grande juiz Euclides Calil, que, por muitos anos, foi titular de uma Vara Criminal naquela Comarca.

Euclides Calil sabia ser educado e amigo de seus jurisdicionados, sendo, entretanto, muito respeitado pelo modo firme como resolvia os processos criminais de Bauru, tratando os que praticavam crimes com o rigor necessário, embora sem deixar de considerá-los pessoas humanas, merecedores de pena, mas também de respeito, para que entendessem o mal feito, reconhecidos, todavia, como nossos semelhantes, dignos de assim serem tratados.

Todos sempre se referiam ao sorriso constante na face de Calil, até mesmo na hora de proclamar sua sentença, porém não era sorriso de desprezo pelo homem que pecou, mas sim um sorriso de paz, de amor e de calor humano, como a dizer que entendia o erro feito pelo condenado, contudo, a ele enviava um sorriso, indicando que esperava sua compreensão e acreditava em sua regeneração.

Calil comparecia, mesmo aposentado, a todas as reuniões dos juizes da Comarca, tornando-se conhecido e amigo dos jovens colegas, apoiando-os e querendo não deixar desaparecer a família forense de Bauru.

Os que o conheceram sentem sua falta. Os que dele só ouviram falar respeitam sua memória, sua integridade e dedicação. Os que não o conheceram ficam agora sabendo que Euclides Calil foi o grande juiz criminal de Bauru.

### Homenagem a um lutador

Jurandyr Nilsson  
Des. aposentado

Faleceu, no dia 24 de outubro, o eminente desembargador Emeric Lévy, que era também coordenador do Museu do Tribunal de Justiça do Estado.

Graduado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, pertencia à turma de 1955. Primeiro brasileiro naturalizado a ingressar no Ministério Público, posto que era de origem húngara, fê-lo no ano de 1957, havendo começado a carreira na Comarca de Apiaí. Após passar pelas Comarcas de Iguape, Cachoeira Paulista, Araçatuba, São Manuel e Botucatu, foi promovido para a Comarca da Capital.

Guindado ao cargo de procurador da Justiça, em 1982, foi eleito para o Órgão Especial e suplente de corregedor-geral do Ministério Público, até ser nomeado, em 1983, juiz do 1.º Tribunal de Alçada Civil, pelo quinto constitucional. Promovido, em 1984, para o Tribunal de Alçada Criminal, nele permaneceu até fevereiro de 1993, quando foi promovido para o cargo de desembargador, integrando a quarta Câmara Criminal, onde permaneceu até se aposentar.

Além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Genealógico Brasileiro e da Academia Paulista de História, era titular da cadeira de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Deixou, ainda, inúmeras obras e artigos publicados e, como jornalista, prestava sua colaboração ao jornal "O Dia", escrevendo semanalmente a coluna "História do Direito".

Associando-me, expressamente, às justas homenagens prestadas ao saudo-

so colega Emeric Lévy e, para ressaltar a grandeza de seu caráter, valho-me de suas próprias palavras, ao discursar no plenário do Tribunal de Justiça, por ocasião de sua posse no alto cargo de desembargador, *verbis*: "Modestamente, também invoco este augusto cenário, como Alfa da minha caminhada, embora por outras veredas, quicá mais longas, na condição de representante do Ministério Público, muito antes de cobrir minha velha beca de promotor com a pesada toga de magistrado. Foi aqui, senhor presidente, nesta mesma sala, hoje denominada "Ministro Costa Manso", em homenagem a uma das maiores figuras da magistratura paulista, que conquistei — há precisamente 36 anos — o direito de concorrer a uma vaga na carreira do Ministério Público, por meio de um mandado de segurança relatado pelo saudoso desembargador Bandeira de Mello. Orgulho-me de ter sido o instrumento dessa memorável decisão, tomada por expressiva maioria de votos, até então inédita nos anais forenses, que dilatou as fronteiras da cidadania, com reflexo na jurisprudência da Suprema Corte e na própria ordem constitucional, para eliminar o ranço de xenofobia que atingia os brasileiros, tributários do chamado "imposto de sangue", resultante do serviço militar, mas impedidos de gozar a plenitude dos direitos políticos outorgados a seus irmãos que tiveram a ventura de nascer neste solo. Rendo minhas homenagens aos juizes que encamparam a tese do impetrante, que advogava em causa própria, e que agora, nesta tarde festiva, realiza o vaticínio de um dos componentes daquele plenário, vestindo a toga de desembargador". ("RJTJESP, ed. Lex, vol. 142/397")

Descanse em paz, Emeric.

## Tardes felizes

A alegria e a solidariedade das esposas dos magistrados dão um toque especial aos almoços das aniversariantes, que acontecem todos os meses na sede social. No dia 29 de setembro último, as aniversariantes do mês aproveitaram o encontro para ajudar a Instituição Social Cevad, que cuida de moradores de rua. Na oportunidade, foram arrecadados produtos de limpeza e latas de óleo.

E, no dia 27 de outubro último, as esposas dos magistrados doaram produtos de higiene pessoal e pacotes de feijão, que foram distribuídos para a instituição Cefras, entidade que faz trabalhos sociais principalmente com crianças e idosos, localizada no centro da cidade, e para a instituição Casa Vida, que cuida de crianças e adolescentes soro-positivos e que se localiza no bairro da Mooca.

## Dia das crianças



No último dia 17 de outubro, a APAMAGIS preparou uma agradável surpresa para a criançada na sede social. Os pequenos comemoraram o Dia das Crianças junto de divertidos personagens infantis, entre eles: o Cebolinha e a Mônica (personagens da Turma da Mônica) e o animado Bob Esponja.

## fundação da fraternidade judiciária

Diretoria apresenta relatório das atividades e serviços prestados à coletividade do Judiciário paulista em 2003

Publicamos ao lado o balanço patrimonial da Fundação da Fraternidade Judiciária, referente ao exercício de 2003. O balanço veio acompanhado de relatório das atividades e serviços prestados aos servidores de baixa renda do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, destacando-se as receitas auferidas e os benefícios concedidos no mesmo período.

Tais benefícios consistiram, basicamente, no cumprimento dos programas de assistência jurídica e social, auxílio funeral e pagamento de bolsas (programa educacional), havendo sido atendidas, aproximadamente, duas mil famílias do Judiciário paulista, graças aos esforços e dedicação dos integrantes da diretoria, funcionários e colaboradores da Fundação.

### BALANÇO DA FUNDAÇÃO DA FRATERNIDADE JUDICIÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 - R\$

ATIVO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>RECEITAS</b>
<b>CAIXA E BANCOS C/MOVIMENTO</b>	Contribuições e doações
Títulos e valores mobiliários .. 12.096,27	de magistrados ..... 190.026,12
Aplicações Financeiras ..... 1.700.282,84 ..... 1.712.379,11	Receitas Financeiras ..... 367.000,68
<b>IMOBILIZADO</b>	Receitas Diversas ..... 27.027,27 ..... <b>584.054,07</b>
Imóveis ..... 195.400,00	<b>DESPESAS</b>
Móveis e utensílios ..... 16.268,52	Despesas Jurídicas ..... 42.479,14
Eqtos - Central Telefônica ..... 1.000,00	Despesas Administrativas ... 151.786,66
Equipamentos de Informática .. 2.885,00 ..... 215.553,52	Programa - Assist. Social ..... 99.978,10
<b>TOTAL DO ATIVO ..... 1.927.932,63</b>	Programa - Auxílio Funeral ..... 6.300,00
	Programa - Educacional ..... 114.986,42
	Serviços de Terceiros ..... 25.429,40 ..... <b>(440.959,72)</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO ..... 143.094,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Superávit acumulado ..... 1.754.448,10	
Superávit do exercício ..... 143.094,35	
Reserva de Reavaliação ..... 30.390,18	
<b>TOTAL DO PASSIVO ..... 1.927.932,63</b>	

São Paulo, 25 de Maio de 2.004

Dr. José Roberto de Vasconcellos  
Presidente da Diretoria Executiva

Dr. Jurandyr Nilsson  
Tesoureiro

Maria Ap. da Silva Hara  
Contadora. CRC n.º 192.945 - SP



## EM FOCO

A Diretoria Executiva da APAMAGIS está lutando para trazer resultados mais positivos à magistratura

A magistratura paulista é a categoria de maior representação no País, uma vez que o Estado de São Paulo detém o maior número de juizes do Brasil. Por essa razão é que o presidente da APAMAGIS continua lutando para que o Poder Judiciário se mantenha independente e autônomo em relação aos demais Poderes. Para isso, é indispensável que a APAMAGIS esteja atuante nos meios de comunicação de todo o País, discutindo os mais variados assuntos.

Para o presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi, a aproximação com a imprensa é fundamental, pois é necessário que a sociedade compreenda o valor dos juizes e os problemas que eles enfrentam no Judiciário. "O Poder Judiciário precisa mostrar à sociedade a importância do papel dos juizes na defesa da liberdade e do regime democrático", destacou o presidente em visita à Rede Record de Televisão.

### ARTIGOS PARA JORNAIS

#### SETEMBRO

- 1** *O Imparcial*  
Artigo: "De conselho em conselho..."  
*Folha de S. Paulo*  
Entrevista: "Crimes Hediondos"
- 2** *Jornal de Jundiaí*  
Artigo: "De conselho em conselho..."
- 5** *Folha de S. Paulo*  
Entrevista: "Quebra de sigilo por parte dos psicólogos"
- 9** *Folha de S. Paulo*  
Opinião: "Nova disciplina para o curso de Direito"
- 17** *Folha de S. Paulo*  
Nota: Celso Limongi visita a

- redação do jornal *Folha de S. Paulo*
- *Jornal da Cidade - Bauru*  
Nota: Celso Limongi esteve presente na inauguração da 4.<sup>a</sup> Vara Criminal no Fórum de Bauru
- 18** *Jornal da Cidade - Bauru*  
Entrevista: Celso Limongi critica Conselho Federal de Jornalismo
- 19** *Jornal da Cidade - Bauru*  
Nota: cúpula do Judiciário paulista visita a redação do *Jornal da Cidade* em Bauru
- 24** *O Estado de S. Paulo*  
Entrevista: Celso Limongi comenta a greve do Judiciário
- 25** *Folha de S. Paulo*  
Nota de apoio ao presidente do TJ sobre a greve do Judiciário

- 30** *Gazeta do Litoral*  
Artigo: "De conselho em conselho"

#### OUTUBRO

- 11** *Jornal da Tarde*  
Repercussão da homenagem aos juizes cassados
- 20** *O Estado de S. Paulo*  
Homenagem a juizes cassados, realizada na sede social
- 21** *Jornal da Tarde*  
Artigo: "Hediondez"
- 26** *Jornal da Cidade - Bauru*  
Artigo: "Hediondez"
- 27** *O Imparcial*  
Artigo: "Hediondez"

### RÁDIO E TV

#### SETEMBRO

- 1** *Rádio Bandeirantes*  
Programa: Ciranda da Cidade  
Tema: "Greve do Judiciário"
- 2** *Rede Vida*  
Programa: Trocando idéias  
Tema: "Formas alternativas de

- solução de conflitos"
- 3** *Rádio USP*  
Programa: USP Notícias  
Tema: "Greve do Judiciário"

#### OUTUBRO

- 9** *Rádio Eldorado*  
Tema: "Il Enaje"

- 11** *TV Gazeta*  
Tema: "Il Enaje"  
*Canal CNT*  
Tema: "Il Enaje"

- 14** *TV Record*  
Tema: "Il Enaje e Maioridade Penal"  
Programa: Fala Brasil

### SITES

#### OUTUBRO

- 1** *Consultor Jurídico*  
Tema: "Il Enaje"
- 11** *Consultor Jurídico*  
Tema: "Il Enaje"

- 14** *Consultor Jurídico*  
Relator da ONU visita a APAMAGIS
- 18** *Última Instância*  
Entrevista: relatório da OAB sobre arbitrariedades dos magistrados,

que foi entregue para o relator da ONU, Leandro Despouy

- 20** *Migalhas*  
Repercussão da homenagem aos juizes cassados